

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROJETO DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE**

Marcelo Domingos de Souza

**SIMÃO DIAS: A TRANSIÇÃO DA OLIGARQUIA AO
POPULISMO (1940 - 1964)**

PÓLO DE LAGARTO

2002.

Marcelo Domingos de Souza

**SIMÃO DIAS: A TRANSIÇÃO DA OLIGARQUIA AO
POPULISMO (1940 - 1964)**

Monografia apresentada à disciplina Prática de Pesquisa do Departamento de História, como requisito parcial, à obtenção do título de Licenciatura em História, pela Universidade Federal de Sergipe.

Orientadora: Professora Doutora Terezinha Alves de Oliva

PÓLO DE LAGARTO

2002.

Eu vi

Eu vi você
sentado e nababesco,
num gabinete quase principesco
cercado de apelos do redil

Eu vi você
sisudo e burocrata,
com ares de pedante magnata,
pregando os olhos no dinheiro vil.

Eu vi você
olhando de alto monte
a multidão, ovelha ignorante,
a esperar por sua decisão.

Eu vi você,
covarde e acomodado,
abandoná-la para ser escravo
daquele que (pra si) lhe deu a mão.

Eu vi você
como a visão fantasma
do que promete ar e faz-se asma,
bradando só na dor do próprio mal.

Eu vi você,
calado e rastejando,
morto o passado, manequim nefando,
vendendo por migalhas o ideal...

(Poema de **Udilson Soares Ribeiro**, publicado em seu livro,
“Palavras à meia luz”).

Agradecimentos

Minha vontade de escrever sobre a política e compreendê-la nasceu da convivência com pessoas que amo e admiro e que, assim como eu, têm a capacidade de se indignar frente às injustiças e sonham com uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária. Esse trabalho sintetiza a contribuição dessas pessoas que ao longo dos últimos meses, compartilharam comigo a ansiedade de vê-lo pronto.

Entre essas pessoas que são importantíssimas para mim, e que por mais que eu queira ou tente, jamais conseguirei agradecer totalmente, eu particularizo algumas. Os meus mais sinceros agradecimentos!:

À Professora Doutora Terezinha Alves Oliva, que me orientou na execução desse trabalho e que no período que trabalhei na elaboração dessa monografia, me surpreendeu por diversas vezes, com sua sabedoria, paciência e amizade. Orientar diversos trabalhos mesmo tempo foi uma tarefa árdua e uma demanda brutal, mesmo assim, nunca me faltou com o apoio e a atenção necessários. Orientar um trabalho não é uma tarefa fácil, pois quase sempre o orientando está convicto que a sua argumentação está correta e acabada. Para perceber possíveis falhas é preciso ter domínio do tema, sensibilidade e conhecimento. Nesses detalhes a minha orientadora foi impecável. Agradeço imensamente o grande respeito por meus valores, idéias e ideologias.

À Professora Mestre Lenalda Andrade Santos, que me orientou no projeto de pesquisa A realização desse projeto constitui o presente trabalho. Como dizia Platão: “Nada existe no mundo sensitivo, sem que antes tenha existido no mundo das idéias”. A angústia de

escolher o objeto de pesquisa foi compartilhada com essa pessoa de sensibilidade inigualável que, a todo o momento nos ensina mais do que a academia pode ensinar, que é alcançar a plenitude da pessoa humana. Muito obrigado pelo apoio e incentivo!

A todos os professores que ao longo do curso nos deram o conhecimento e os subsídios necessários para a elaboração desse trabalho, principalmente àqueles do final de curso, que sofreram conosco e que contribuíram das mais diversas formas para que o presente trabalho ficasse pronto.

Aos meus pais e irmãos que acompanharam mais de perto a execução desse trabalho, e que sofreram com as luzes acesas na madrugada ou com papéis e livros espalhados pela casa.

À minha noiva Jiselma Tavares que compartilhou comigo todo o processo de execução desse trabalho de pesquisa. Por vezes nos privamos de um passeio ou de uma diversão por conta da demanda desse trabalho. No entanto, encontrei nela total apoio e incentivo. O meu muito obrigado!

Ao Professores Udilson Soares Ribeiro e Rosivânia dos Santos de Souza por terem efetuado as correções ortográficas e textuais desse trabalho, contribuindo também com críticas construtivas e sugestões.

A Edjan Alencar pela parceria nas entrevistas, por partilhar textos e livros, e pelo intercâmbio entre as fontes orais, além da paciência de trabalhar comigo, já que somos muito diferentes.

Enfim, agradeço a todos os companheiros de curso pela cumplicidade de realizações. Sou consciente que jamais conseguiria superar os vários obstáculos e dificuldades, sem grandes amigos. Parabéns para vocês! E muito obrigado.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| LISTA DE SIGLAS _____ | i |
| LISTA DE ILUSTRAÇÕES _____ | ii |
| RESUMO _____ | iv |
| INTRODUÇÃO _____ | 01 |
| CAPÍTULO 1- UM BREVE HISTÓRICO DE SIMÃO DIAS _____ | 10 |
| 1. As origens do município _____ | 10 |
| 2. As disputas familiares pelo domínio oligárquico _____ | 13 |
| 3. Os governos municipais nomeados _____ | 31 |
| 4. Mudanças econômicas e sociais nas últimas décadas _____ | 36 |
| CAPÍTULO 11-O CENÁRIO GERAL: A POLÍTICA SERGIPANA _____ | 40 |
| 1. A fase oligárquica e a revolução de 1930 em Sergipe _____ | 40 |
| 2. A fase populista na política estadual _____ | 46 |
| CAPÍTULO III - A POLÍTICA SIMÂODIENSE NA TRANSIÇÃO PARA O POPULISMO _____ | 49 |
| 1. A decadência do domínio oligárquico em Simão Dias _____ | 50 |
| 2. Celso de Carvalho; o último representante oligárquico _____ | 54 |
| 3. Pedro Almeida Validares: a expressão do fenômeno populista _____ | 70 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS _____ | 81 |
| FONTES _____ | 86 |
| BIBLIOGRAFIA _____ | 87 |
| ANEXO I _____ | 89 |
| ANEXO II _____ | 139 |

Lista de Siglas

IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MEB — Movimento de Educação de Base

PR — Partido Republicano

PSD — Partido Social Democrático

PSP — Partido Social Progressista

PTB — Partido Trabalhista Brasileiro

UDN — União Democrática Nacional

URS — União Republicana de Sergipe

28° BC — Vigésimo Oitavo Batalhão de Caçadores

Lista de Ilustrações

| | |
|--|---------|
| Fig. 1 - Capa do livro de Carvalho Deda _____ | pág. 05 |
| Fig. 2 - Cel. Rafael Arcanjo Montalvão. _____ | pág. 13 |
| Fig. 3 - Cel. Sebastião da Fonseca Andrade o “Barão de Santa Rosa” _____ | pág. 15 |
| Fig. 4 - A atual Praça Barão de Santa Rosa, no ano de 1890. _____ | pág. 16 |
| Fig. 5 - Atual fachada do antigo Sobrado do “Cel. Nôno Zacarias”. _____ | pág. 17 |
| Fig. 6 - A Igreja Matriz cuja conclusão deveu-se a Cel. Sebastião da Fonseca Andrade em 1910. _____ | pág.24 |
| Fig. 7 - Fachada do Antigo “Cayçara Clube”, meses antes de sua total demolição. _____ | pág. 26 |
| Fig. 8 - Residência do Cel. Antonio Alexandrino, alguns anos após ser edificada. _____ | pág. 27 |
| Fig. 9 - Foto do antigo Coreto com abóbada de concreto armado, demolido na Administração de Celso de Carvalho. _____ | pág. 29 |
| Fig. 10 - José de Carvalho Deda _____ | pág.31 |
| Fig. 11 - Dr. Marcos Ferreira de Jesus _____ | pág. 33 |
| Fig. 12 - Coronel João Pinto de Mendonça _____ | pág. 34 |
| Fig. 13 - Manoel Fraga Dantas _____ | pág. 36 |
| Fig. 14 - Cícero Ferreira Guerra _____ | pág. 36 |
| Fig. 15 - Francino Silveira Déda _____ | pág. 36 |
| Fig. 16- Cel. Pedro Freire de Carvalho _____ | pág. 53 |
| Fig. 17 - Antonio Manoel de Carvalho Neto _____ | pág. 54 |
| Fig. 18 - Celso de Carvalho no fórum, atuando como advogado em defesa de um réu _____ | pág. 56 |

| | |
|--|---------|
| Fig. 19 - O Desembargador Gervásio Prata com esposa e filhas _____ | pág. 58 |
| Fig. 20 - José Almeida Dórea, mais conhecido como “Dorinha” _____ | pág. 60 |
| Fig. 21- Cândido Dortas, mais conhecido como “Candinho” _____ | pág. 64 |
| Fig. 22 - Celso de Carvalho em reunião com o seu secretariado no Palácio Olímpio Campos _____ | pág. 65 |
| Fig. 23 - Celso de Carvalho ao lado do Ministro da Aviação Juarez Távola _____ | pág. 66 |
| Fig. 24 - Celso de Carvalho ao lado do Presidente Castelo Branco em visita a Sergipe ____ | pág. 68 |
| Fig. 25 - Celso de Carvalho nos braços do povo após a vitória de Abel Jacó dos Santos como prefeito em 1977 _____ | pág. 69 |
| Fig. 26 - Pedro Almeida Valadares _____ | pág. 72 |
| Fig. 27 - Caçula Valadares. Foi prefeita de Simão Dias de 1988 a 1992. _____ | pág. 79 |
| Fig. 28 - Cortejo do Enterro de Pedro Valadares _____ | pág. 80 |
| Fig. 29 - Cortejo do Enterro de Pedro Valadares _____ | pág. 80 |
| Fig. 30 - Populares em tumulto na hora do sepultamento _____ | pág. 80 |

Resumo

Simão Dias é um município sergipano com uma forte tradição política. Desde sua emancipação a disputa pelo comando local sempre ocorreu de forma acirrada. Na fase oligárquica que vai de 1890 até 1930, o município sempre foi governado por grandes latifundiários. A partir de 1930, começa a ocorrer mudanças na estrutura política, mas o poder de chefes locais ainda se mantém forte e atuante. Após o período em que o município foi governado por interventores nomeados pelo governo estadual, retoma o processo eleitoral em 1935, onde Marcos Ferreira de Jesus é eleito prefeito. Com o golpe de estado de 1937, os prefeitos passam a serem nomeados. A fase de nomeação dos prefeitos termina em 1947, quando ocorrem novas eleições, onde é eleito Sebastião Celso de Carvalho. Este foi eleito sem que houvesse uma chapa de oposição. Começava então a carreira política de Celso de Carvalho, que viria a se tornar governador do Estado de Sergipe após o golpe de 1964. Celso é o último representante oligárquico da política simão-diense.

Em 1951, surgia como político Pediu Almeida Valadares. Figura popular tornou-se rapidamente um político influente e conhecido. Exerceu dois mandatos de vereador e, em 1959, foi eleito prefeito municipal com um mandato que durou até 1963. Posteriormente tomou-se Deputado Estadual. Faleceu em 1965, ainda em mandato legislativo.

Pedro Valadares foi o maior representante da política populista em Simão Dias. Tinha um estilo próprio de fazer política. Apesar de ter surgido em meio aos grupos de latifundiários, tomou-se uma liderança fortíssima devido ao trabalho assistencialista voltado para as camadas pobres da população. Com ele, começa o processo de degradação dos grupos políticos comandados por latifundiários.



Introdução

O presente trabalho é um resgate de um período histórico que, apesar de transcorridas várias décadas, ainda faz parte da construção do consciente coletivo dos nossos munícipes. O estudo em questão versa exatamente sobre a política de Simão Dias compreendida entre 1940 a 1964. A temporalidade em estudo coincide com a era Vargas, o fim do Estado Novo e a fase do populismo.

Compreender de que forma a falência das práticas coronelistas e o surgimento do populismo influenciaram o cenário político local, provocando a ascensão e decadência de grupos políticos, é, sem dúvida o objetivo central dessa monografia. Logo, a compreensão do coronelismo, a sua periodicidade e as suas características são fundamentais para o entendimento dessa fase na política local. Olhar para esse período é vasculhar as origens das condutas políticas atuais, as paixões incontidas das campanhas, as tradições do domínio familiar e os compromissos inabaláveis entre eleitores e eleitos que, por serem vitalícios e hereditários, vencem a barreira do tempo e da modernidade. Por que o medo do novo? Por que, apesar das novas concepções de mundo que trazem em sua dinâmica as novas propostas, as novas ideologias, insiste-se em manter o velho? Onde está o elo que mantém inabaláveis as antigas estruturas políticas, as tradições de mando e os velhos mitos? As respostas estão mergulhadas na consciência de cada simãodiense. É preciso resgatá-las! É preciso compreender o presente!

Por estar imerso em uma cultura, tradições e valores que foram construídos historicamente, cada simãodiense traz consigo as razões pelos quais se mantêm as velhas práticas políticas. Essas não se apagam num passe de mágica.

Na ânsia de compreender e explicar a forte tradição política que Simão Dias possui, é que me debruço sobre esse tema.

Apesar de ser um município pequeno e pobre do interior sergipano localizado na entrada do sertão, nos limites entre Sergipe e Bahia, Simão Dias deixou desde a Proclamação da República uma presença marcante no cenário político estadual. Lideranças locais, ao longo da história, acabaram por ocupar posições e espaços políticos em âmbito estadual, superando lideranças políticas de outros municípios do interior sergipano com maior população e peso econômico.

Simão Dias é uma cidade de tradição oligárquica, por conta da pecuária e dos diversos grupos políticos chefiados por latifundiários. A economia baseada na criação de gado impôs ao município uma estagnação econômica, o que provocou um atraso no desenvolvimento social e a pobreza da população. Simão Dias tem apresentado nas últimas décadas um crescimento urbano que se reflete nos vários bairros pobres da periferia da cidade, onde a ociosidade e a miséria imperam. Essa situação é um reflexo da permanência do latifúndio.

Numa análise superficial poderíamos defender que a pecuária é uma vocação histórica, visto que a povoação que culminou com surgimento da cidade se originou em decorrência da utilização das “Matas de Simão Dias”, como refugio de parte do gado sergipano na invasão holandesa. O domínio oligárquico impôs até as últimas décadas esse modelo econômico. Entretanto, as testemunhas ouvidas por mim nesse trabalho revelam que, em outras décadas, várias atividades econômicas como a produção de sapatos e charutos, bem como, as culturas do café e do algodão fomentaram riqueza, empregos e prosperidade para a economia local. É claro que essas atividades estão relacionadas a um contexto histórico ou a uma conjuntura, intimamente vinculadas à dinâmica macroeconômica, que se encarrega de sepultar

atividades em detrimento de outras, a exemplo do café e do algodão. Contudo, os vários entrevistados falam de uma Simão Dias próspera e produtiva num passado não muito distante, e se referem à atual como decadente. Os mesmos responsabilizam os dirigentes políticos por essa decadência. Analisar como as administrações contribuíram para esse processo é uma das metas desse trabalho.

Este trabalho visa também analisar o crescimento do populismo e a decadência do poder de mando. Para compreender o domínio oligárquico, as práticas coronelistas e o nascimento do populismo, utilizo como fundamentação teórica obras de historiadores e cientistas políticos.

Dentro dessa temática, vários autores brasileiros analisaram com bastante profundidade os aspectos políticos, econômicos e sociais, que explicam o domínio das oligarquias com advento da República. Trata-se do fenômeno conhecido como coronelismo que, até os dias de hoje, apresenta fortes resquícios que acabam por configurar a política local dos pequenos municípios do interior do Brasil. Dentre os vários pesquisadores que estudaram o coronelismo, como: Victor Nunes Leal, Maria Isaura Pereira Queiroz, José de Souza Martins, entre outros, destaco o historiador e cientista político sergipano José Ibarê Costa Dantas, que traz em suas obras; *“Os partidos políticos em Sergipe 1889-1964”*, *“Á Revolução de 1930 em Sergipe”*, *“Coronelismo e Dominação”*, e a *“Tutela Militar 1964 -1984”*, uma grande contribuição para aqueles que, assim como eu, querem compreender a política sergipana.

O pesquisador Ibarê Dantas traz em suas obras uma defesa que suscita polêmica entre os historiadores: a extrapolação do período correspondente ao coronelismo além da República Velha. Em seu livro *“Coronelismo e Dominação”*, Dantas rebate a linha teórica de Victor Nunes Leal, defendida em *“Coronelismo, enxada e voto”*. Enquanto este defende que o coronelismo é

um fenômeno típico da Primeira República, no qual o voto se constitui um elemento chave para a estrutura política de dominação, Ibarê sustenta a tese de que o elemento principal da dominação coronelista está no processo de coerção, num segundo momento seria através do prestígio, e só num último momento seria por meio do voto. Para ele, o domínio coronelista extrapola o período da República Velha, graças às mutações ocorridas no processo de dominação.

Um outro texto de suma importância para esse trabalho foi “*Estruturas de Poder*”, de Terezinha Alves de Oliva, que consta no livro “*Textos para história de Sergipe*”, onde a mesma faz uma análise da trajetória política sergipana apontando com clareza as várias mudanças ocorridas nas estruturas do poder, desde a colonização até a queda do Estado Populista. Através dele foi possível perceber que as mudanças econômicas e políticas ocorridas em Sergipe favoreceram o fortalecimento de grupos políticos simão-dienses no cenário estadual.

Para a compreensão do fenômeno coronelista foi de grande valia a leitura das seguintes obras: “*O Coronelismo uma política de compromissos*” de Maria de Lourdes M. Janotti, “*A invenção do coronel*” de João Gualberto. No entanto, uma valiosa contribuição cuja ausência tomava mais complexa a compreensão sobre os conceitos no qual o presente trabalho é obrigado considerar foi a “*Revista da Dados*”, cujo conteúdo consta disponível virtualmente para consulta no site da *Sielo*, onde José Murilo de Carvalho publicou “*Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual*”.

Utilizei-me também como fonte bibliográfica a obra de Edgard Carone “*A República Liberal*”, cujo conteúdo foi bastante elucidativo para esclarecer os fenômenos coronelista e o populista. Outro livro extremamente importante para esse trabalho foi o livro de Francisco Weffort, “*O populismo na política brasileira*”, cuja contribuição foi primordial para entender o

populismo na sua essência, bem como esclarecer de que modo ocorre a relação entre o líder político e o eleitor.

Além desses autores renomados, que versam sobre a política desse período, há também diversas obras de autores locais, que trazem enorme contribuição para o resgate histórico do período em estudo. Entre elas podemos citar a obra do Pe. João de Matos Freire de Carvalho, “*Matas de Simão Dias*”, editada em 1915, na qual o autor defende a permanência do nome Anápolis ao Município; a obra de Carvalho Deda, intitulada: “*Simão Dias, fragmentos de sua história*”, cujo autor sensibilizado pela falta de memória e preservação do patrimônio



Fig. 1 - Capa do livro de Carvalho Deda uma importante obra sobre a história de Simão Dias.

histórico organiza um apanhado de documentos históricos (Fragmentos) e edita um dos livros mais ricos sobre a história de Simão Dias; e por fim, a obra de Jorge Barreto, “*Minha letra, minha gente*“, um livro carregado de sentimento e poesia, no qual o autor de forma crítica e contundente resgata a memória de sua família. Através dessas obras simãodienses foi possível reconstituir relatos históricos cuja soma com os relatos orais possibilitaram a elaboração dessa monografia.

Esse trabalho tem como base para a sua fundamentação teórica, diversos documentos, registros e obras, no entanto, a sua principal fonte é a utilização da oralidade.

A utilização de relatos orais como fonte principal para fundamentar esse trabalho faz parte de uma estratégia definida pelo Departamento de História da Universidade Federal de

Sergipe - UFS - cujo objetivo é possibilitar que os alunos do curso em licenciatura em história, que participam do Projeto de Qualificação Docente - PQD - possam efetuar trabalhos de pesquisa, resgatando a história local de seus municípios. Por que essa estratégia? Essa estratégia foi definida por dois motivos. O primeiro é que os vários municípios sergipanos possuem um grande volume de documentos que possibilitam a investigação científica, mas esses se encontram em total desorganização, por falta de uma política de organização de arquivos ou pela ausência de uma consciência histórica que possibilite a preservação da memória.

Os municípios brasileiros são uma grande fonte de documentos históricos, visto que os mesmos constituem as primeiras unidades administrativas, presentes na nossa organização política desde o período de colonização. Essa organização que remonta a herança do município romano trazido pelos conquistadores ibéricos, tinha a câmara municipal como principal órgão administrativo, jurídico e político. Por isso, as mesmas possuem grande acervo de documentos históricos que constituem a memória da nossa nação. Como a organização do estado passou por inúmeras mudanças ao longo dos séculos, esses mesmos registros históricos acabam refletindo o processo de transformações pelo qual o mesmo passou. Logo, essa documentação tem um grande valor histórico e científico. Segundo Daíse Aparecida de Oliveira (1991), “constitui a memória do município, do seu povo, de suas tradições, da sua evolução, de sua economia, da sua vida social e política”. Mas, infelizmente na maioria dos municípios a preocupação em preservar esse material inexistente. Há casos em que parte do material é queimado ou destruído.

Carvalho Deda em sua obra “*Simão Dias fragmentos de sua história*” atenta para a destruição dos documentos e o descuido com a memória do município, sendo esta, aliás, a motivação para escrever essa importante obra.

Em alguns municípios apesar dos registros serem preservados faltam técnicas arquivísticas, que por sua ausência acabam inviabilizando a separação do arquivo no sistema de “três idades”, ou seja, em *permanente, intermediário e uso corrente* e assim terminam os mesmos ficando amontoados nos arquivos correntes, sendo totalmente inviável a sua utilização pela comunidade, resultando na destruição e no abandono.

Aliado a isso outro fator que contribui para dificultar o trabalho de pesquisadores é a ausência de obras, pesquisas e trabalhos voltados para a história dos municípios. Tal realidade não constitui uma regra. Há exceções. Mas, há muito por fazer e por começar.

Nesse sentido, os trabalhos dos alunos do PQD, são pioneiros na construção da memória de vários municípios sergipanos. Esse resgate histórico constitui uma das maiores, senão a maior contribuição do PQD.

Um segundo motivo que justifica a escolha da história oral são as inovações e os aspectos positivos desse método. A utilização da história oral tem sido motivo de discussão entre os pesquisadores. O historiador *Gwyn Prins (1992)*, no seu texto “*História oral*”, levanta essa questão ressaltando que os relatos orais são importantíssimos para resgatar aspectos que a história baseada em fontes escritas é incapaz de resgatar. *Prins* defende que nem sempre o resgate histórico com base em fontes escritas revelam o fato como ele realmente aconteceu, visto que os documentos oficiais geralmente servem para validar fatos relevantes, desconsiderando totalmente inúmeros aspectos históricos, que geralmente estão relacionados a pessoas simples ou acontecimentos do cotidiano. Aliás, reside aí a grande vantagem da história oral, que seria a possibilidade de ouvir as vozes marginalizadas pela história oficial. Através dela é possível resgatar as vozes do passado, principalmente de pessoas simples que sempre têm algo a nos dizer e a nos ensinar. O testemunho traz consigo memórias impregnadas de uma carga de sentimento,

reveladas numa expressão facial, numa lágrima, num sorriso, ou mesmo num silêncio, e que acabam por revelar a essência dos fatos. Que documento expressaria tamanho sentimento? Nesse sentido, o resgate histórico através de personagens que revelam, em suas lembranças, momentos marcantes de sua história pessoal, transmitem também uma grande carga emotiva. Aliás, essa é a grande vantagem dessa metodologia, pois o que nos resta na memória é sempre o que nos marcou de alguma maneira. Logo, ao ouvir testemunhos de pessoas, que no palco da vida foram protagonistas ou meros coadjuvantes de momentos importantes de nossa história, é possível vislumbrar aspectos que jamais um documento poderia revelar, pois essas lembranças são histórias de vida dos verdadeiros atores dessa mesma história.

O historiador *Paul Thompson*, em sua obra “*A voz do passado*”, ao defender essa metodologia, define com precisão:

“(…) a evidência oral pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história. Enquanto os historiadores estudam os atores da história à distância, a caracterização que fazem de suas vidas, opiniões e ações sempre estará sujeita a ser descrições defeituosas, projeções da experiência e da imaginação do próprio historiador: uma forma erudita de ficção. A evidência oral, transformando os objetos de estudo em sujeitos, contribui para uma história que não só é mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira”.

(THOMPSON: 1992, p.137).

Esta monografia está dividida em três capítulos: o primeiro capítulo constitui um breve histórico sobre Simão Dias relatando sua origem e emancipação política. No mesmo

capítulo consta também um apanhado das disputas pelo comando do município onde é possível observar que a política local foi nas primeiras décadas da pós-emancipação um privilégio das famílias mais abastadas. O segundo capítulo constitui um apanhado sucinto da política sergipana, ou seja, o cenário geral no qual Simão Dias estava inserido. O terceiro capítulo compõe o eixo temático da monografia, onde se trata da transição política do domínio oligárquico para o populismo. Ao longo de 06(seis) meses efetuei seis entrevistas com personalidades simãodienses cujo conteúdo constitui a fonte principal desse trabalho. Nas próximas páginas está o resultado de um longo e árduo trabalho que convido você a conhecer. Fique à vontade!



CAPÍTULO I - UM BREVE
HISTÓRICO DE SIMÃO DIAS

I – Breve Histórico de Simão Dias

1. As origens do município

O local onde está edificada a cidade de Simão Dias foi, no passado, uma povoação de índios fugitivos das expedições colonizadoras do Governador do Norte, Luis de Brito e Almeida. Esses índios se estabeleceram nas matas às margens do Rio Caiçá.

As terras do município constituem um relevo acidentado devido à presença de um conjunto de serras, com altitudes que oscilam entre 200 a 750 metros. Isso favorece a existência de uma vegetação menos vulnerável às estiagens típicas do sertão. As zonas de terras entre Simão Dias e Paripiranga, município da Bahia, são formadas por terrenos acidentados, onde é possível verificar a existência de matas fechadas, devido à impossibilidade de cultivo de cereais e pastagens. Nessa mesma zona, existem inúmeros sítios onde se cultivam árvores frutíferas e culturas de subsistência. Esse relevo proporcionou aos índios, que primeiro povoaram essa região um verdadeiro oásis, frente ao sertão. Daí a origem das diversas denominações que constam em documentos históricos, como: “Matas de Simão Dias”, “Matas do Coité” ou “Matas do Caiçá”.

Com a invasão holandesa em Sergipe, surge a determinação de conduzir os rebanhos até as margens do Rio Real. No entanto, Braz Rabelo, proprietário baiano, que possuía rebanhos nas terras da atual Itabaiana, decide esconder seus rebanhos nas terras das matas à beira do Rio Caiçá. Desse episódio é que surgirá a figura histórica do vaqueiro Simão Dias, responsável pela condução do gado e pelo surgimento das primeiras instalações que daria origem à cidade.

Simão Dias passou da categoria de Vila para a de Cidade em 12 de Junho de 1890, por decreto do presidente do Estado Felisbello Freire, sob o argumento que a mesma possuía uma grande população – 10.984 pessoas, um comércio próspero, uma estrada de ferro que ligava a

referida Vila a Aracaju, bem como, a existência de uma comarca recém criada. Com base nesses argumentos a Vila foi emancipada do município de Lagarto. A estrada de ferro, que serviu como um dos argumentos para a emancipação política da antiga Vila, jamais foi concluída, restando hoje algumas escavações e bases de pontes, por onde passaria as linhas férreas, que permanecem abandonadas em fazendas da região.

O nome do município é uma homenagem ao colono que remonta aos primeiros tempos da ocupação do território sergipano. Trata-se de Simão Dias Francês, que nos anos 1599, 1602 e 1607, juntamente com Cristóvão Dias e Agostinho da Costa, através de requerimento, solicitaram a concessão de sesmarias na região. O último requerimento, do qual o código está no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, solicita “três léguas de terra em quadro” nas terras devolutas de Itabaiana, para a criação de gado. Felisbello Freire que além de presidente do estado foi também historiador afirma:

“Os terrenos onde está edificada hoje (1891) a Vila de Simão Dias foram doadas a Simão Dias Fontes, Cristóvão Dias e Agostinho da Costa”.

(FREIRE: 1997, p.322).

No entanto a tese sustentada pelo historiador Felisberto Freire, foi alvo de contestação, pelo Pe. João de Matos Carvalho, que tinha a intenção de homenagear o Comendador Sebastião da Fonseca Andrade (Barão de Santa Rosa) pela construção do templo, da atual matriz de Santana. O Pe. João de Matos se aproveitou das contradições encontradas nas várias teses sobre a origem da povoação, pois os documentos históricos que falavam de Simão Dias, em cartas de doação de sesmarias, possuem sobrenomes diversificados, além de solicitarem

sesmarias em períodos diferentes. Diante disso, para o Padre João de Matos Carvalho, havia a possibilidade de existir, dois personagens históricos com o mesmo nome. Na intenção de provocar controvérsias e enfraquecer a tese de Felisberto Freire, ele publicou uma obra intitulada “Matas de Simão Dias”, na qual defende veemente a tese de que a cidade teria se originado graças à doação de sua ancestral Ana Francisca Menezes. O objetivo era levantar a dúvida sobre a versão histórica, bem como, menosprezar a figura do vaqueiro e enaltecer a figura da sua ancestral, doadora das terras onde foi edificada a primeira capela que originou a freguesia de Santana de Simão Dias.

Antes de ter “status” de vila, o atual município foi constituído como Freguesia, pela Lei de 6 de fevereiro de 1835, desmembrando-se da Freguesia de Lagarto. A capela que motivou a sua criação data de 1655, conforme defende historiadores. No entanto o único documento antigo sobre o assunto é de 1784.

Devido ao progresso da Freguesia o governo da Província baixou em 15 de março de 1850, o decreto que elevou à categoria de vila com o nome de Senhora Sant’Ana de Simão Dias.

Assim, o município de Simão Dias, teve essa denominação desde a condição de freguesia e vila. Mas permaneceu pouco tempo com o nome que homenageava o seu primeiro povoador, pois o intento do Pe. João de Matos Freire de Carvalho foi alcançado, e em 25 de outubro de 1912, a cidade passaria a ser denominada como Anápolis, pelo Decreto Lei de nº 621. Após muitas controvérsias e reações, principalmente da imprensa, o nome de Simão Dias foi restaurado pelo Decreto Lei nº 533, de 7 de dezembro de 1944, favorecido pela determinação do Governo Federal, do então Getúlio Vargas, que aprovou o plano do IBGE, coibindo a coincidência de municípios com mesma denominação. Como existia um município goiano com o mesmo nome, e mais antigo, a Anápolis sergipana teve que modificar o nome.

Quanto à política, o município simãodiense teve uma longa fase de domínio oligárquico, aonde o poder local era exclusivo aos grandes proprietários rurais. As práticas coronelistas estiveram presentes nessa fase, sendo possível verificar resquícios do coronelismo até os dias de hoje. No entanto a partir da década de 1930, é que começa a decadência dos grandes proprietários na política local, devido às mudanças ocorridas em decorrência da revolução, bem como, o fenômeno populista a partir da década de 40.

2. As disputas familiares pelo domínio oligárquico

Simão Dias tornou-se cidade em 12 de julho de 1890, emancipando-se do município de Lagarto com o advento da República recém proclamada. Sua autonomia política é sem dúvida, fruto das mudanças políticas que o regime republicano impôs na ânsia de refletir o novo.

Terra de inúmeros coronéis e de tradição oligárquica, Simão Dias registra nos seus primeiros anos de emancipação um conflito entre os políticos, que constitui o prenúncio do que seria a política local. Trata-se do confronto entre o Coronel Rafael Arcanjo Montalvão e o Cel. Sebastião

da Fonseca Andrade. O Coronel Rafael Montalvão era professor e advogado e foi o primeiro intendente eleito de Simão Dias em 1º de outubro de 1892.



Fig. 2 - Cel. Rafael Arcanjo Montalvão
Professor e advogado e foi o primeiro intendente eleito de Simão Dias em 1º de outubro de 1892

Segundo relata Carvalho Deda em seu livro “*Simão Dias – Fragmentos de sua história*”, o Coronel Sebastião da Fonseca Andrade teria articulado um movimento com o objetivo de depor o intendente do poder. Para lançar mão de seu intuito, tentou se apoderar dos livros de atas e invadiu a “Casa da Câmara”. Esse episódio tornou-se o primeiro de uma série de acontecimentos políticos que marcaram a acirrada disputa pela hegemonia da política local como atesta Carvalho Neto:

“... Mas o intendente Rafael Montalvão era vivo e astucioso. Percebera que o movimento conspiratório e, em tempo, resguardou os preciosos livros, com eles fugindo para a *Fazenda Domingos Santos*, a duas léguas da Cidade, onde reuniu a maioria representativa do Legislativo Municipal e instalou a sede do governo. Entrementes, o Cel. Sebastião da Fonseca Andrade instalava outro Governo Municipal, funcionando na própria Casa da Câmara. Contava com o funcionalismo da Intendência e com o apoio reservado do Governo Estadual. Assim, houve em Simão Dias, nos primórdios da República, uma dualidade de Governo: dois intendentess (...).” (DEDA: 1967, p.63; 64).

“A fazenda *Domingos dos Santos* foi, por alguns dias a sede do governo legal do Município. Compreendendo a precariedade da sua situação política, isolado das notícias, sentindo verdadeiro vácuo, pois dia a dia notava a ausência de mais um companheiro que aderira ao adversário, e não contando com as garantias que esperava da Capital, o Intendente Rafael Montalvão resignou o mandato”(DEDA: 1967 p.63; 64).

Como podemos observar, esse acontecimento teve como um dos protagonistas o Coronel Sebastião da Fonseca Andrade, personagem marcante da história simãodiense, que foi homenageado, com o seu famoso título de nobreza: “Barão de Santa Rosa” dando nome à Praça da Matriz. Conhecê-lo torna-se importante para compreendermos o domínio oligárquico que perdurou até a fase populista. Além disso, esses relatos nos fornece subsídios para a compreensão das mudanças ocorridas na política com a falência do coronelismo. Celso de Carvalho, um dos políticos mais tradicionais do Município e o último remanescente da tradição oligárquica na política local relata o seu parentesco com o “Barão de Santa Rosa”:

“Sou neto adotivo, pelo lado materno do Barão. Porque minha mãe Rosa Andrade de Carvalho foi criada pelo Barão e pela Baronesa, que eram seus tios-avós. Minha avó, Ana Freire de Carvalho morreu de parto no nascimento de Manuel Prata Dortas. Foi então que o Barão e a Baronesa criaram a minha mãe desde os dois anos de idade. O Barão de Santa Rosa chamava-se Sebastião da Fonseca Andrade. Ele era natural de Poço Verde e posteriormente veio morar em Simão Dias. O baronato era papalino, ou seja, dado pelo Papa quando da Reforma da Igreja matriz em 1910, em que formada a comissão para angariar fundos para reforma, o Barão resolveu assumir sozinho dispensando os donativos. O Papa em homenagem aos seu gesto mandou-lhe o título de Barão. Meu nome é uma



Fig. 3 -Cel. Sebastião da Fonseca Andrade “Barão de Santa Rosa”

homenagem ao Barão. Meu pai quis agradá-lo quando nasceu o primeiro filho. Achava que o nome muito grande e então colocou Sebastião Celso para chamar apenas Celso”. (CARVALHO, 18/01/2002)

Como podemos observar, a disputa entre as famílias tradicionais é um traço marcante na política local. A preservação do sobrenome e sua imposição pela força tornam-se o pano de

fundo no qual as disputas domésticas acontecem. Por ser uma política oligárquica as disputas eleitorais não são travadas no campo ideológico, mais sim no âmbito da disputa pela manutenção do *status quo*, onde os motivos mais fúteis e banais dão margem a atos de agressões e violências. Nesse cenário os eleitores são convidados a tomar partido. Dessa forma, nas eleições, as paixões incontidas dos inúmeros eleitores (em



Fig. 4 - A atual Praça Barão de Santa Rosa, no ano de 1890, (ano da emancipação política) onde fiéis acabam de sair do Santo Sacrifício da Missa.

Ao fundo é possível, observar o sobrado do Cel. José Zacarias de Carvalho, o “*Cel. Nôno Zacarias*” no qual, junto com as tropas municipais, enfrentou a artilharia da “*Força Federal*”. A foto revela também parte da fachada da antiga Capela, local a onde viria a ser edificada a atual Igreja Matriz de Santana.

sua maioria pobres e miseráveis) tomam proporções ilimitadas, resultando numa total submissão a qual se arrasta ao longo do tempo.

Um outro exemplo de como a luta pelo poder se traduziu em violência, pode ser observado no relato feito por Carvalho Deda sobre a deposição do Intendente

Coronel Manoel da Cruz Andrade, que seguia a orientação do seu chefe político Cel. José Zacarias de Carvalho, mais conhecido como “Nôno Zacarias”:

“Agitaram-se os ânimos, resultando a deposição do Intendente, que teve sua residência, sita na Rua do Coité, invadida por adversários em busca dos livros de atas que não encontraram na **Casa da Câmara** esta, invadida primeiramente. É que os livros de atas, tão necessários às deposições e outros atos de fraude, haviam sido guardados pelo Cel. Nôno Zacarias em sua própria residência, no sobrado da Praça da Matriz desta cidade. Enérgico, destemido, pronto, sempre para o que desse e viesse, os adversários não se atreviam ao assalto ao sobrado como fizeram na residência do Intendente(...)”



Fig. 5 - Atual fachada do antigo Sobrado do “Cel. Nôno Zacarias”. Essa mesma residência foi ocupada posteriormente por um outro Coronel, cujo os familiares ainda são os seus proprietários.

“(...)Necessitou-se do emprego de força para compelir o chefe desabusado a proceder à entrega de tais livros. Pra tanto chegou à cidade uma Tropa de Linha, assim chamada a Força Federal. O Coronel Zacarias, homem prevenido, preparou-se para a resistência, mobilizando e reforçando os apenados ou locais, assim chamada a Guarda Municipal. A tropa de linha, aquartelada na Casa da Câmara, marchou numa clara manhã, em direção do sobrado do chefe dissidente, que já a esperava, apoiado no seu dispositivo de segurança. Ao entrar na praça, a força federal recebeu o seu batismo de fogo, vindo do entrincheiramento do sobrado. A tropa atacante recuou, entrincheirando numa casa em construção, sita na esquina sul da Rua do Coité com a Praça da Matriz, de onde respondeu cerrada fuzilaria. Durou muito o tiroteio entre os apenados do Cel. Zacarias, de um

lado, e os Calças Vermelhas do Governo de outro. A luta, porém era francamente desigual, em armamento e em munição(...)”. “(...)Os Calças Vermelhas dispunham de Mannlichers, ao passo que os locais usavam armamento obsoleto: espingardas de fecho-de-pedra, de carregar pela boca. Assim, a resistência do sobrado foi diminuindo pouco a pouco, até escassearem os tiros de trabuco, o que animou a tropa federal para o assalto decisivo, através de uma acelerada carga de baioneta contra a cidadela de Nono Zacarias. Este, porém, já havia operado uma retirada estratégica para seu Engenho Olho d’água, cujo oitão da casa grande construía as seteiras que ainda existem atestando o acontecimento” (DEDA: op. cit. pp.64;65).

A disputa das famílias mais abastadas pelo poder, reflete na superfície, a política do coronelismo. Mas o que ele é em essência? Faz-se necessário conhecê-lo em alguns dos seus aspectos, para que as práticas eleitorais e administrativas período oligárquico possam ser entendidas. Compreender esse fenômeno da política brasileira, sua temporalidade, bem como, suas características, é fundamental para entender a queda da oligarquia simão-diense e, mais tarde, a manifestação do populismo.

O coronelismo traduz a fragilidade do Estado brasileiro de organizar-se em instituições democráticas. Modelo criado no período imperial, cujo objetivo era manter uma estrutura de dominação aristocrática, teve nos primeiros anos do regime republicano a oportunidade de completar sua metamorfose. Na República Velha, em meio ao calor do novo regime, o coronelismo torna-se o elo principal da estrutura de dominação das oligarquias nacionais, estaduais e locais. Contrariando então a retórica positivista “Ordem e Progresso”, o

novo regime se vale das antigas peças do tabuleiro do regime monárquico, como bem assinala Maria Isaura P. de Queiroz:

“(…) embora aparecendo a apelação do coronel desde da segunda metade do Império, é na Primeira República que o coronelismo atinge a sua expansão e a plenitude de suas características . O coronel é, então, a forma assumida pelo mandonismo local a partir da proclamação da República”
(QUEIROZ:1975, p.160)

O processo eleitoral na República não é a expressão de democracia. Este só servia para validar um regime que se propunha inovador na forma, mas conservador na essência. O regime imposto pelas oligarquias se valia do poder coercitivo das lideranças locais para conduzir os resultados das urnas ao seu favor. Trata-se de um pacto ou uma troca de favores em que o chefe local, através da violência e intimidação conseguia que as urnas dessem os resultados de acordo com as suas conveniências. Esses resultados quase sempre satisfaziam as lideranças estaduais, que por sua vez, estavam atreladas à estrutura de dominação oligárquica nacional, que favorecia diretamente aos proprietários paulistas e mineiros. Esse pacto era denominado de: política dos governadores.

A historiadora Maria de Lourdes Mônaco Janotti, explicita o que seria a política dos governadores implantada por Campos Sales:

“Os governadores garantiriam a eleição para o Congresso Nacional de representantes dóceis ao Presidente da República. Por sua vez, a Presidência não interferiria nas eleições estaduais. Os governadores escolhiam candidatos de

sua confiança para comporem as Assembléias estaduais, garantindo a maioria situacionista. Para a realização desses acordos, o município sufragaria nas urnas os candidatos escolhidos pela oligarquia. Por essa razão, tornou-se ele, necessariamente, o centro das maiores manipulações do sistema. Com o poder municipal era fraquíssimo e quase nada poderia oferecer ou pesar nessa barganha, os coronéis revestiam-se da autoridade municipal. Eles comandavam o **eleitorado de cabresto** e portanto eram os lídimos integrantes do pacto. Conseguiriam os votos e, em troca reconheciam-lhes a autoridade política”(JANOTTI: 1992, p.37).

O episódio relatado anteriormente por Carvalho Deda, em que o primeiro Intendente de Simão Dias, o Sr. Cel. Rafael Montalvão é praticamente expulso pelo Cel. Sebastião Fonseca de Carvalho, o “Barão de Santa Rosa”, demonstra claramente o poder da violência e da intimidação. Mas o que é mais marcante é a conivência do governo estadual que se priva de intervir no ocorrido, optando pelo Coronel mais poderoso em detrimento do Governo legal, eleito pelo voto popular. Esse acontecimento reforça a tese de que nesse período, o voto não é o elemento principal da dominação do coronel, mais sim a violência:

“As lutas travadas pelo domínio do município tinham como resultado o apoio do governo estadual ao vencedor e conseqüentemente ocupação dos cargos públicos por seus amigos. O governo estadual esperava o fim da luta entre os dois coronéis influentes e dava a palma ao vencedor” (QUEIROZ: 1969, p. 93)

Logo, as brigas entre as famílias servem como pano de fundo para o que está nos bastidores. O eleitor que se vê envolvido nas querelas locais, quase sempre não percebe que por trás dos conflitos está a disputa por interesses bem maiores do que o simples controle da máquina administrativa. Ser hegemônico significa receber favores, empregos e cargos para os seus familiares e amigos seletos, ou mesmo, obras públicas em bens privados como pontes, estradas, entre outras benfeitorias. Na luta por posições, os preceitos constitucionais são jogados na lama. O episódio ocorrido com o Cel. Nôno Zacarias, exemplifica como a violência é o roteiro no qual a política se impõe a nível local. Edgar Carone, ao comentar sobre o coronelismo define com maestria:

“A conquista de postos-chaves, nos plano municipal e estadual , representa a sedimentação de poder dos grupos coronelísticos, poder que começa a se estruturar a partir de outras bases iniciais, como aquelas que se assentam no prestígio pessoal e familiar do coronel e nos mecanismos de controle político anteriores à República e se aguçam e se ampliam a partir de então. Estes aspectos permanecem, mais ou menos distintamente, conforme o Estado e a região e de acordo com o desenvolvimento e as relações políticas existentes no momento. Mas o comum, no sertão – onde as relações dominantes pertencem a grupos familiares - , é a luta pelo predomínio do grupo, que pode chegar a luta armada(...)” (CARONE: 1985, pp. 262;263).

“(...)O extermínio do rival político é um aspecto crítico da problemática coronelística, comum a várias regiões do país onde os atritos atingem extremos, exatamente porque o poder público é pouco eficaz ou está comprometido com uma das partes. Por outro lado, em muitos casos, o atrito se

dá porque o poder público se confunde com o partido dominante, o que leva a oposição coronelística local a impasses, dificilmente rompidos e que facilmente terminam em tragédias mais amplas”(CARONE: idem, pp.262;263) .

Esses conflitos comuns ao coronelismo, onde famílias tradicionais brigam pelo poder municipal é o roteiro seguido na maioria dos municípios interioranos do Brasil, para envolver emocionalmente os eleitores no grande teatro em que cada pleito eleitoral se transforma. O eleitor acaba se comprometendo com uma determinada liderança a ponto de criar vínculos que permanecem inabaláveis durante inúmeras gerações. Esses laços, durante a fase coronelística eram criados de inúmeras maneiras, mesmo porque, o coronelismo passou por transformações ou “mutações”.¹ Aliás, as transformações e a temporalidade do coronelismo são objeto de discussão de vários estudiosos brasileiros.

Enraizadas nessas relações coronelísticas está a tradição, requisito indispensável para a carreira política em municípios interioranos. Em Simão Dias, ela é um requisito que inviabiliza qualquer aventura inovadora na política. A tradição não é um fenômeno unilateral, criado pelos dirigentes políticos para manipular eleitores. Trata-se de uma característica peculiar do povo interiorano e sertanejo. A sua existência depende de múltiplos fatores.

No passado a população era muito menor, o que possibilitava ao líder local conhecer mais intimamente seus eleitores. Se não os conhecia diretamente, exerciam a sua influência através dos cabos eleitorais, que no coronelismo se chamavam “Delegados de quarteirão”. Estes,

¹ O cientista político Ibarê Dantas sustenta a tese em seu livro “Coronelismo e Dominação”, editado em 1987. Para ele, esse fenômeno de dominação local, está em constante transformação e adaptação, o que não limita a sua temporalidade somente ao período da República Velha.

representavam o coronel em uma determinada região, sendo o interlocutor entre os eleitores e o coronel.

Numa época onde os meios de transporte e comunicação eram praticamente inacessíveis às grandes camadas da população, os favores de um líder local eram primordiais. Além disso, a ignorância da população, devido ao alto índice de analfabetismo, favorecia o controle do político. O público e o privado se confundiam totalmente. Quando o indivíduo ou um membro da família adoecia só restava recorrer ao coronel. Na total ausência da cidadania, cabia ao chefe político oferecer os mais diversos favores, como registros de nascimentos e de óbito, cadastramento para o exercício do voto, entre outros favores, de banais a exóticos. Na hora da necessidade entrava em cena a figura dos “Delegados de quarteirão”, que realizavam o clientelismo político, criando uma verdadeira rede de compromissos.

O sertanejo era totalmente vulnerável a essa relação de compromissos. Depois de recebido o favor, o mesmo se comprometia com o coronel até a morte, além disso, comprometia também as gerações posteriores do seu tronco familiar. Ao ser questionado: - Em quem o senhor votou na eleição? *“Eu votei no Partido do Coronel Tal”*. O quadro de valores do homem interiorano é impressionante, pois a honra está acima de tudo e uma vez prometido está prometido! É sobre os valores mais nobres do homem humilde que os poderosos traçam os seus planos mais ardilosos.

Outro aspecto relevante a ser considerado é que nas cidades pequenas os indivíduos são identificados pelo seu tronco familiar. Ao identificar uma pessoa, automaticamente se processa uma árvore genealógica. Fulano, filho de Sicrano que é filho do finado Beltrano. Logo, ser descendente de um ramo familiar tradicional ou de uma família abastada possibilita ao pretendente à carreira política algumas vantagens a mais.

Uma outra vantagem, além da herança do patrimônio construído por anos, fruto das benesses da política, é herdar também, uma leva de eleitores cativos e submissos, por uma relação que parece ser recíproca, mas que na verdade, pela sua discrepância, é totalmente unilateral. O povo se torna “gado marcado” e as cidades “currais eleitorais”.



Fig. 6 - A Igreja Matriz, cuja conclusão deveu-se a Cel. Sebastião da Fonseca Andrade em 1910. O financiamento da obra rendeu-lhe o título de Barão, bem como, motivou a campanha para a mudança do nome da cidade de “Simão Dias” para “Anápolis”, em homenagem a sua esposa. Na época possuía duas torres, sendo posteriormente reformada, na década de 20 por iniciativa do Cônego Filadelfo Macedo, passando a ficar com somente uma torre.

Sobre as disputas pela tradição e pela imposição do nome familiar, o município conta com duas obras literárias e históricas de imenso valor cultural, livros primordiais para quem quer conhecer a fundo a história e a tradição simãodiense. A primeira e mais antiga é a obra “Matas de Simão Dias”, do Padre João de Matos Freire editada em 1915. Nela o Padre sustenta a tese de que o Vaqueiro Simão Dias, era uma figura irrelevante para história da Cidade. O objetivo era ressaltar a figura de Ana Francisca de Meneses,

fundadora e doadora das terras da antiga capela, onde hoje está edificada a Matriz de Santana e a Praça Barão de Santa Rosa. Com a finalidade de sustentar essa tese, o livro foi edificado num período pós-emancipação, quando foi edificada a Igreja Matriz por patrocínio de Cel. Sebastião da Fonseca Andrade e que tinha como esposa, Ana Freire de Carvalho. A coincidência, do nome da doadora com o nome da esposa do Barão, serviu de motivação para a alteração do nome da cidade para Anápolis. Em 25 de outubro de 1912, José Siqueira de Menezes, então presidente do Estado assinara o decreto que alterava a denominação do município agradando uma minoria de

latifundiários e decepcionando a maioria da população. Esse episódio marcante na história de Simão Dias demonstra o poderio e a influência oligarquia.

A segunda obra chamada de “Minha terra, minha gente”, escrita por Jorge Barreto, revela também os bastidores da luta pelo nome e tradição das famílias oligárquicas. Nela, Barreto faz um precioso resgate histórico de Simão Dias. O autor retoma a calorosa discussão sobre as origens do município, fazendo uma veemente crítica ao Pe. João de Matos Freire de Carvalho.

Jorge Barreto nasceu em Simão Dias e onde morou até os 17 anos de idade, quando então se muda para Aracaju, com toda família. O eixo central de sua obra é o resgate da memória do Cel. José Pedro Barreto, membro da sua família que, segundo o autor, foi esquecido e desprestigiado pela memória local. Aliás, seu livro não esconde as mágoas, em relação a isso, se constituindo uma das mais belas obras sobre Simão Dias, visto que o conteúdo sentimental a ela atribuída, dá à mesma um caráter de sinceridade e polêmica, além de uma carga poética.

Para reforçar a sua linhagem, o autor faz um resgate das famílias tradicionais de Simão Dias. Nessa abordagem, detém-se em mostrar somente as famílias abastadas. São elas: a família Andrade, também chamada família da “Venda”, ligada à família de Coelho de Menezes Barreto, importante família Contiguibense. A família Matos Freire de Carvalho, ou família “Mercador”, que chegou a Simão Dias um pouco antes do ano 1784, procedente da vila de Lagarto. Esta, se liga às famílias dos Pratas, Dortas e Mendonça por laços de parentesco. Ao citar a sua na lista das famílias “fidalgas”, o autor critica as outras, e ao mesmo tempo em que defende a sua linhagem:

“Entretanto,
o que não se pode admitir
é que, entre tantas famílias
importantes,
tradicionalmente radicadas
no município de Simão
Dias desde a era colonial,
só a que atualmente
desfruta de prestígio



Fig. 7 -Fachada do Antigo “Cayçara Clube”, meses antes de sua total demolição, com o telhado parcialmente caído. Antes de se tornar um clube social, foi residência do Major Antonio Alexandrino

político e boa situação financeira, seja a única apontada como benfeitora e, talvez, na opinião dos mais exaltados dogmatizadores, a fundadora da cidade de Simão Dias. Isto é pelo menos o que nos dão a entender alguns indivíduos que dizem conhecedores do passado histórico de Simão Dias. Mentira não, estória sim. Por isso, contesto e reprovoo veementemente as invencionices, os impulsos basofistas dos cépticos temperamentais e todo e qualquer sentimentalismo desmesurado e rastejante de caráter adulator de certos historiadores controversos de teses charlatônicas, contemporâneos nossos. Posso, entretanto, ser violentamente contestado por algum historiador de minha terra ou de outras plagas, de conhecimentos superficiais no que diz respeito às tradições das famílias fidalgas de Simão Dias que, confundido, confunda linhagem e tradição com riqueza e ricos de ultima hora”. (BARRETO: 1967, p. 53).

Justificando o objetivo principal do autor, em “Minha terra, minha gente” um capítulo é dedicado à pessoa do Cel. Pedro Barreto de Andrade, seu ancestral. Coronel Barreto foi Juiz da

comarca de Simão Dias, de 1914 até 1919, quando veio a falecer com apenas 33 anos de idade. Deixou três filhos menores, entre os quais, um se tornaria Desembargador: Pedro Barreto de Andrade Filho. Os “Barretos” eram descendentes de Antonio Alexandrino, o negociante da Rua do Antigo Comércio. Na obra autor descreve o patrimônio do mesmo:

“No ano de 1917, inaugurava-se a suntuosa mansão do Major Antonio Alexandrino Filho a qual se erguia majestosamente a poucos passos do seu importante estabelecimento comercial. Era um casarão cercada por grades de ferro, situado à rua do comercio velho (atualmente Cônego Andrade)” (BARRETO: op. cit., p. 53).

Essa mansão a que se refere o autor, foi transformada em um clube, conhecido como “Cayçara Clube” , local de longa tradição que em 1989 foi demolido por falta de preservação. O autor descreve como era a residência:

“A residência do Major Antonio Alexandrino Filho apresentava construção sólida: As suas paredes altas eram todas perfiladas por desenho em, alto relevo, ficando completamente



Fig. 8 - Residência do Cel. Antonio Alexandrino, alguns anos após ser edificada.

isoladas das demais casas que a circundavam. seu aspecto interno maravilhava a

todos que nela penetravam. Era verdadeiro palacete, magnificamente iluminado sobe a incandescente luz de carbureto que brilhava nos lustres de cristas, iluminando os amplos salões onde ricas tapeçarias davam um toque diferente nas variadas cores ornamentativas. Adornavam a casa ainda os mais valiosos objetos de arte que faziam par com os belos móveis em madeiras talhadas, comprados diretamente do Rio de Janeiro” (BARRETO: op. cit., p. 53).

Assim, Barreto dedica grande parte de seu livro a ressaltar as obras, riquezas e empreendimentos feitos pelas famílias dos Andrade e Barreto. Entre as obras estão inúmeras contribuições ao aspecto urbanístico da cidade como calçamento de ruas, iluminação pública, além da célebre mudança da rua da feira, que tanto causou polêmica, como relata, Carvalho Deda no livro: “*Simão Dias, fragmentos de sua história*”.

Retomando o que foi dito anteriormente, a grande questão, que a obra se propõe resgatar é o prestígio perdido pela família *Barreto*, devido à sua falência. Os Barretos eram empreendedores, no entanto, não foram felizes nos negócios, por uma série de fatores conjunturais. A grande ostentação de outrora, reduziu-se à miséria, levou a família a ser esquecida e ridicularizada, culminando com a transferência de parte dela para Aracaju, inclusive entre estes, o autor da obra.

Em todo o livro, percebemos o desejo constante do autor de recuperar o lugar de sua família na história. Isso justifica a crítica veemente a Celso de Carvalho, membro da família rival. Para Jorge Barreto, a classe política foi responsável pela decadência do município nos aspectos econômico e cultural. Segundo ele, enquanto a sua família edificou, as demais destruíram. Por esse motivo dedica-se a falar da decadência de Simão Dias. Nessa crítica, Celso de Carvalho é o

grande alvo. Na obra ele é apresentado como um político medíocre, que no período em que foi prefeito de Simão Dias, preocupou-se somente em destruir o que a família Barreto teria edificado. Celso de Carvalho teria prometido fazer uma reforma na praça Barão de Santa Rosa, a fim de modernizá-la. No entanto, após assumir a administração, destruiu o antigo coreto e o chafariz bombeado a cata-vento, deixados pelo antigo administrador, Cel. Pedro Barreto. Mas, a questão principal enfocada na obra, é a da remoção da estátua do Coronel Pedro Barreto. Segundo ele, o monumento foi destruído, sendo recolocado na praça agora feita em bronze, pelo sucessor de Celso, o Sr. Nelson Pinto de Mendonça. Como vimos, o autor não poupa críticas duras à gestão de Celso de Carvalho:

“No ano de 1948, tomava a direção do município de Simão Dias o Sr. Dr. Celso de Carvalho, homem moço, porém destituído de capacidade



Fig. 9 -Foto do antigo Coreto com abóbada de concreto armado, demolido na Administração de Celso de Carvalho. A esquerda um grupo de homens que trabalhavam na reforma da praça.

administrativa. A sua administração marcou a decadência da autora florescente Simão Dias, ficando indelevelmente gravada na memória de todos quantos presenciaram como a mais inoperante até então registrada nos anais do poder executivo de Simão Dias. Começou o Sr.Dr. Celso de Carvalho a prometer, ilusoriamente grandes realizações, apresentando, inclusive grandes projetos para o embelezamento da cidade o que de certo iriam deixar os seus patrícios matutos

boquiabertos. No seu plano de modernização da cidade, constava a construção de um belíssimo jardim com fontes luminosas e etc. mas, para isso seria preciso

destruir o que fora construído com tanto sacrifício aos cofres públicos. Fosse o povo de Simão Dias uma gente mais esclarecida teria constatado que a verdadeira intenção do Sr. Dr. Celso de Carvalho era somente destruir o que José Barreto construiu. Pouco tempo depois era arremessada toda uma gandaia de gente na prefeitura com finalidade de iniciar os serviços de modernização da cidade. Logo, era presenciado, as copudas árvores fícus benjamim, tombarem sob os rudes golpes do machado devastador. O magnífico coreto, solidamente construído com sua abóbada de cimento armado, logo se transformou num montão de destroços. As estatuetas de louças que enfeitavam aquela aprazível logradouro público foram impiedosamente espatifadas pela sanha voraz do então prefeito. Mas o que realmente indignou o povo de Simão Dias foi o dito Prefeito, na sua marcha para destruição, se voltou contra o monumento que fora construído e oferecido pelo povo de Simão Dias, numa homenagem merecida, ao ilustre filho desta terra, o Sr. Dr. Pedro Barreto de Andrade. Alegava o Sr. Dr. Celso de Carvalho que a estátua estava enfeando a praça, onde fora edificada. E sem o menor constrangimento mandou demolir o referido monumento, dando margem a suposições: afirmou-se que ele assim agia para dar vazão a ressentimentos políticos herdados dos seus tios. E a praça em que ficou? Qual praça? Perguntaram uns aos outros. A praça que Dr. Celso prometeu construir e que de certo viria a ser a oitava maravilha do mundo moderno. E já desenganados, nos conformávamos em ver as ruínas da antiga praça que no tempo do seu saudoso edificador, Cel. José Barreto de Andrade, era o local mais freqüentado pela sociedade simãodiense...” (BARRETO: op. cit.,p.88-89).

O relato crítico de Jorge Barreto sobre a administração de Celso de Carvalho, demonstra que as rivalidades entre as famílias tradicionais, não foram sepultadas com o fim da República Velha. O livro “*Minha terra, minha gente*”, é a prova de que essas querelas permanecem, vivas e inoportunas como sempre. Hoje o *Memorial de Simão Dias* é a casa onde os políticos locais expõem as suas rivalidades. A cada gestão, a exposição fotográfica do Memorial é arrumado para realçar uma família política em detrimento das outras. Dependendo de quem esteja no poder, o grupo hegemônico exclui a memória do adversário, retirando ou isolando fotografias e excluindo objetos com a intenção de apagar a presença do adversário na história.

O governo dos coronéis se encerra em 1930, com a revolução, sendo que, o último a governar Simão Dias foi o Cel. José Barreto de Andrade deposto no mês de outubro. Carvalho Deda afirma que os documentos que serviriam para elucidar quem foram os intendentess que governaram de 1892 até 1930, são esparsos. O primeiro intendente foi o Prof. Rafael Arcanjo de Montalvão que foi eleito no dia 1º de outubro de 1892, com 470 votos e posteriormente renunciou ao cargo, devido à disputa com o Cel. Sebastião da Fonseca Andrade. Porém, Carvalho Deda não relata em sua obra o período de gestão do Cel. Sebastião da Fonseca Andrade. Em 1904, o intendente seria o Cel. Antonio Manuel de Carvalho. Já em 1917, o intendente era o Comerciante Agripino de Souza Prata, que foi sucedido pelo Barão de Santa Rosa. Até o ano de 1926, era intendente o Dr. João de Matos Carvalho, que foi sucedido pelo Cel. José Barreto de Andrade, o qual governou até o dia 14 de agosto de 1928, quando renunciou para candidatar-se à reeleição. Tomando-se



Fig. 10 – José de Carvalho Deda.
Autor do livro “Simão Dias – Fragmentos de sua história”, governou Simão Dias como intendente.

novamente prefeito, assumiu o cargo em 1º de janeiro de 1929 e governou até ser deposto pela revolução em outubro de 1930.

3. Os governos municipais nomeados

Com a revolução de 1930, o domínio dos coronéis sofre um abalo estrutural. A partir desse momento, o governo revolucionário impõe um novo modelo de Estado. O poder privado perde o seu espaço. Abolido o sistema eleitoral vigente, os representantes passam então a serem indicados por um interventor federal. No entanto, em Sergipe, as mudanças não foram tão profundas, como atesta Terezinha Oliva;

“...Augusto Maynard aparecia inesperadamente assumindo o cargo de Governador Provisório e, mais tarde, o Interventor Federal de Sergipe. O país buscava através do movimento revolucionário abolir a República Oligárquica. A mudança política refletia transformações importantes da realidade socioeconômica do país, no momento de crise da economia cafeeira e da emergência da industrialização. Em Sergipe, embora se verificasse a mesma realidade, o setor agrário exportador continuaria predominando, somente à custa de ajustes e da convivência às vezes difícil, com fatores da nova ordem. Sem poderem apelar ao Governo Federal, a quem não haviam apoiado na eleição ou circunstâncias”. (OLIVA: 1991, p.147)

Nesse período em que o governo estadual era exercido por Augusto Maynard, Simão Dias foi administrado por dois interventores nomeados. O primeiro foi Alexandre Dutra da Silva,

que iniciou o seu mandato em novembro de 1930, mês da posse de Maynard, governando até 1932, quando renunciou ao mandato. O segundo foi José de Carvalho Deda que, governou de 18 de maio de 1932, até 29 de março de 1935, quando renunciou em solidariedade a Augusto Maynard, que naquele momento perdia o governo para Eronides Ferreira de Carvalho.

Em abril de 1935 Gaspar Leal é nomeado intendente, pelo recém empossado governador, governando até agosto quando, a pedido, deixa o cargo. Reassume então o Ex-intendente Alexandre Dutra da Silva, num mandato curto, de três meses.

Durante o período de governos municipais nomeados, ocorreu um mandato de prefeito eleito pelo voto popular. Isso aconteceu devido às pressões do movimento constitucionalista de 1932, em que os paulistas, revoltados pela perda do governo federal e a



Fig. 11 - Dr. Marcos Ferreira de Jesus

O primeiro prefeito eleito de Simão Dias após a constituição de 1934.

Governou o município por duas vezes, de Outubro de 1935 a novembro de 1937 e posteriormente em um 2º mandato de junho de 1941 a setembro de 1942.

perda da hegemonia, denunciavam o governo revolucionário de 1930 como ilegal, exigindo uma Constituição. Este movimento, que acabou sendo debelado pelas forças federais, conseguiu então parte do seu intento. Vargas convocou uma Constituinte e promulgou a Constituição de 1934. Com sua promulgação, os estados passaram por uma reformulação elaborando também as suas Constituições.

Em julho de 1935, era promulgada a Constituição Estadual Sergipana que convocava, para depois de transcorridos noventa dias, eleições municipais para prefeitos e vereadores. Foi então que, o Marcos Ferreira de Jesus, eleito, tornou-se o primeiro prefeito de Simão Dias. No entanto, esse

período de governo democrático foi curto, pois durou somente até novembro de 1937, quando

ocorreu o golpe de Estado. Vargas instaurava o Estado Novo, com a intenção de se manter no poder. E, na ânsia de realizar o seu intento, jogou por terra todo o processo democrático recentemente celebrado pela carta magna anterior.

No novo contexto, foi nomeado para prefeito o Cel. João Pinto de Mendonça, que governaria de junho de 1937 a junho de 1941, quando então foi exonerado pelo Interventor Capitão Milton Azevedo.

A posse do Cel. João Pinto reforça a tese de que o fim da República Velha, necessariamente, não significa o fim do coronelismo. A força política das oligarquias não se extingue como que por um passe de mágica. Logo, a tese defendida por pesquisadores de que a temporalidade do coronelismo se estende além desses limites é pertinente. Trata-se de readaptações à nova conjuntura, ou como diria Ibarê Dantas: *são mutações*. Em seu livro “*Coronelismo e Dominação*”, Dantas explicita esse fenômeno de readaptação do mandonismo local. Na sua condição de pesquisador sergipano e cientista político, ele analisa com



Fig. 12 – Coronel João Pinto de Mendonça Governou Simão Dias de 1937 a julho de 1941.

maior propriedade as mutações da política sergipana, mostrando que as interventorias precisavam de sustentação política, e sendo assim, era impossível descartar as antigas lideranças locais. Em contrapartida os coronéis, desprovidos do poder de coerção, se readaptariam à nova conjuntura, valendo-se da sua influência e tradição de mando.

“Os interventores sem propósitos revolucionários de transformar a ordem rural, ou mesmo, sem suporte político-social para realizar reforma

agrária, não encontravam alternativa senão comporem-se com os coronéis. Estes por sua vez, necessitados de obterem o reconhecimento de sua influência para continuarem imperando sem dificuldades tenderam a aproximar-se dos governantes do dia, com métodos adequados à conjuntura”. (DANTAS: 1987, pp.27 e 28).

A volta de um Coronel ao governo municipal comprova o caráter conservador da administração do Interventor Eronides Ferreira de Carvalho, que durante o seu período de governo terminou por restabelecer o poder das oligarquias sergipanas, validando a tese defendida por Ibarê Dantas. Após a exoneração do Cel. João Pinto de Mendonça, Simão Dias passou a ter prefeitos nomeados, com perfis menos reacionários. A única referência sobre esse período é a obra de Carvalho Deda, onde ele faz um relato superficial sobre as administrações, o qual cito na íntegra:

“**Dr. Marcos Ferreira de Jesus** - 2ª vez – (Prefeito nomeado), Governou de julho de 1941 a setembro de 1941, quando foi nomeado Diretor do Departamento das Municipalidades.”(DEDA: op. cit., pp. 79).

“**Manuel Fraga Dantas** – (Prefeito nomeado) – Governou de setembro de 1942 até janeiro de 1946, quando foi exonerado pelo Interventor Des. Hunald Cardoso”(DEDA: Idem, pp. 79).

“**Cícero Ferreira Guerra** - (Prefeito nomeado) – Governou de fevereiro 1946 até março do mesmo ano, quando exonerado em virtude da coalizão política presidida no Estado pelo Interventor Cel. Antonio de Freitas Brandão”(DEDA: Idem, pp. 79).

“Manuel de Fraga Dantas - (Prefeito nomeado) – 2ª vez – Governou de março de 1946 até abril de 1947, quando foi exonerado a pedido”(DEDA: Idem, pp. 79).

“Francino Silveira Deda - (Prefeito nomeado) – Governou de abril de 1947, até novembro do mesmo ano, quando transmitiu o cargo para o prefeito eleito”(DEDA: Idem, pp. 79)



Fig. 13 - Manoel Fraga Dantas



Fig. 14 - Cícero Ferreira Guerra



Fig. 15 - Francino Silveira Deda

No terceiro capítulo abordaremos o declínio oligárquico no município, bem como, o surgimento de lideranças com perfil populista. A análise dessa transição constitui o objetivo central desse trabalho. Sendo assim todo o assunto relatado até aqui será de suma importância para a compreensão do terceiro capítulo desse trabalho. Além disso, são igualmente relevantes os conhecimentos, mesmo que sucintos, das mudanças econômicas e sociais das últimas décadas, bem como, o cenário político a nível estadual.

4. Mudanças econômicas e sociais nas últimas décadas

Simão Dias viveu no passado momentos de grande prosperidade, apresentando um comércio desenvolvido. No início do século 20, quando da passagem de Antonio Conselheiro e posteriormente das tropas federais, Simão Dias despontava como município próspero. No entanto, após a construção das estradas que ligam o sertão baiano à Salvador e Feira de Santana, o comércio declinou.

Além de ter tido um próspero comércio, Simão Dias também foi um grande produtor de cereais, algodão e café. No entanto, foi com a pecuária que o município se firmou economicamente, cedendo as suas terras à pecuária, acarretando uma conseqüente pobreza para população e o declínio comercial. Em contrapartida no campo político, como podemos observar no decorrer deste trabalho, desde a sua emancipação até a fase populista sempre predominou o domínio dos grandes proprietários rurais. Hoje a pecuária atravessa uma longa crise, logo, os políticos oriundos da classe dos grandes latifundiários não conseguem constituir um grupo político forte e competitivo. Mas mesmo enfraquecidos, continuam a ter representatividade no cenário político municipal.

Em relação à urbanização e ao aumento da população, o município tem apresentado crescimento, entretanto, os setores industriais, comerciais e de serviços, não se desenvolveram na mesma proporção, o que reflete uma urbanização sem a oferta de meios de subsistência. Na década de 50, Simão Dias chegou a ter 10 fábricas de calçados, bem como outras manufaturas, porém hoje a única fábrica existente, é a “*Cal e Tintas*” do Grupo Votorantin.

Essa vocação para a fabricação de calçados está relacionada à disponibilidade de couro abundante que, por sua vez, existe devido à pecuária. No entanto, a produção local permaneceu artesanal, o que provocou sua decadência frente à produção industrial dos grandes centros urbanos do país. A falta de capitais, aliada à ausência de apoio e direcionamento político da esfera pública, foi, entre outros fatores, o que contribuiu para o declínio da fabricação de calçados.

Ao analisar esses fatores, percebemos claramente que a decadência dos setores econômicos urbanos, além de fatores conjunturais, é consequência, também da mentalidade e do controle político dos proprietários rurais.

Atualmente a pecuária extensiva agoniza em crise e os latifúndios vêm-se obrigados a ceder a posse da propriedade, frente a pressões dos agricultores sem terra. A princípio, as primeiras ocupações realizadas sob o comando de MST, provocaram um clima de conflito entre agricultores e proprietários, mas atualmente ocorrem de forma pacífica e negociada. Aliás, ocorre hoje um fenômeno interessante; os proprietários falidos e sem capital para viabilizar o criatório que exige altas soma de investimentos, convidam os sem terras para ocuparem as propriedades, a fim de vendê-las para o governo federal através de desapropriação. A parte norte do território simãodiense, está inteiramente ocupado por latifúndios. Atualmente, uma pequena parte desses latifúndios está sendo ocupada de forma produtiva pelo MST (Movimento dos Sem Terra), o que já provocou um grande salto econômico da Simão Dias. O Assentamento 8 de Outubro, localizado no povoado Cumbe, durante dois anos consecutivos obteve uma produção de abóbora, recorde no estado, e em 1999, uma produção recorde a nível nacional. No início desse assentamento, os sem terras ocupavam barracos de lona, no entanto, hoje já possuem uma agrovila além de inúmeros tratores. Tal progresso foi registrado num período de apenas 5 anos.

Além desse assentamento, concorrem para a prosperidade local os assentamentos rurais, “27 de Outubro”, “Carlos Lamarca” e o “Maria Bonita”.

Enquanto o campo apresenta mudanças estruturais, a zona urbana apresenta crescimento desordenado onde impera a pobreza. E apesar da forte tradição política ter levado nomes simãoenses a se projetarem na política estadual, o município ficou refém da política assistencialista, em que impera a mediocridade. Disso resultaram os enormes bolsões de pobreza, confinados nos conjuntos habitacionais construídos em áreas distantes do centro histórico, como por exemplo, os Conjuntos: Rivalda Matos, Abel Jacó e o Manoel Ferreira de Matos.

Na ânsia de compreender esses aspectos peculiares da política simãoense é que nos propomos, nesse trabalho, resgatar através de testemunhos de ilustres munícipes, fatos históricos que possam elucidar o que nos parece um paradoxo: Uma cidade que nas últimas décadas ao mesmo tempo em que, vem aumentando sensivelmente o contingente populacional, e com este, a miséria, o desemprego, a violência entre outras mazelas, desponta como uma das principais formadoras de quadros para o cenário político estadual. Por quê?



CAPÍTULO II - O CENÁRIO
GERAL: A POLÍTICA SERGIPANA

II – O cenário geral: a Política Sergipana

Como este trabalho versa sobre a política de Simão Dias, faz-se necessário conhecer, mesmo que sucintamente, o cenário político sergipano em que o município estava inserido, pois, fatos relevantes ocorridos na política de Sergipe acarretaram mudanças no cenário local.

A política simãodiense reflete basicamente as estruturas de poder a nível estadual, no entanto, com o movimento republicano e posteriormente com o movimento revolucionário de 1930, o domínio das oligarquias canavieiras sofre sobressaltos o que acarretou um processo de decadência do domínio político dessas frações dominantes. Já em Simão Dias o processo de degradação do domínio oligárquico é mais tardio, pois a falência do modelo econômico açucareiro possibilitou a ascensão da pecuária o que fortaleceu os produtores locais, e conseqüentemente o seu cacife político.

1. A fase oligárquica e a revolução de 1930 em Sergipe

Os anos que antecedem a revolução 1930 em Sergipe e que coincidem com os primeiros anos do regime republicano têm como principal característica a dominação de frações dominantes e oriundas do patronato rural composto principalmente pelos grandes produtores de açúcar, e pelos proprietários rurais criadores de gado.

A primeira fase republicana é marcada pelo domínio da facção liderada pelo Monsenhor Olímpio Campos. Após sua morte o controle do poder é permutado entre lideranças importantes, como o General José Siqueira Menezes (1911-1914), o Gal Oliveira Valadão (1914 -

1918) Coronel Pereira Lobo (1918-1922), Graco Cardoso (1922-1926) e Manoel Correia Dantas (1927-1930). Essa fase é marcada pela hegemonia das classes patronais onde inexistia praticamente a organização de classes operárias e subalternas. Trata-se de um período assinalado pelo autoritarismo e pelo coronelismo, conforme cita Ibarê Dantas:

"Os grupos oligárquicos que controlava a sociedade política sob a chefia de religiosos, civis e militares enquadrava-se na ideologia e nos interesses materiais da classe dominante, organizando-a sob a hegemonia da fração ligada ao açúcar". (DANTAS: 1983, p.20).

No entanto, apesar do predomínio destas oligarquias, Sergipe ainda foi palco de alguns movimentos reformista, como: a Reação Republicana, o Movimento Tenentista em 1924, além da campanha da Aliança Liberal em 1926.

A República se impõe como regime, coincidindo exatamente com os anseios e a mentalidade dos grandes cafeicultores do sudeste brasileiro. Logo, a produção cafeeira tornou-se o carro-chefe da economia da Primeira República, relegando o açúcar a segundo plano. Nesse cenário, a economia sergipana que é predominantemente açucareira permanece praticamente inalterada.

Como verificamos, mesmo com a ascensão do café no Brasil, a produção açucareira permanece como a base econômica do Estado de Sergipe. No entanto já é visível ver as mudanças no setor produtivo como a substituição dos engenhos bangüês por usinas mecanizadas. A economia açucareira é vitimada por inúmeras crises, principalmente pela ocorrência de secas, como também, pela concorrência com outros estados a exemplo de São Paulo e Rio de Janeiro, que após a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool, no governo de Getúlio, passa a receber maior atenção e investimentos do governo, relegando o nordeste ao segundo plano.

Outras culturas que merece destaque na economia sergipana nesse período são a produção da cultura algodoeira e a pecuária. Essa produção, além de se constituir em matéria-prima para as fábricas têxteis, existentes no Estado, era exportado tanto em forma de pluma como através de subprodutos, tais como: farelo de caroço e óleo. A produção de tecido, nesse período, representava a principal atividade econômica do Estado fora do setor rural. A produção açucareira entrara em declínio. Enquanto isso, a ascensão da pecuária manifestar-se-á duradoura e progressiva.

Com a revolução de 1930, chegam ao poder estadual os militares como delegados do poder central. Após governos provisórios efêmeros, assume o governo o tenente Augusto Maynard Gomes, uma figura revolucionária de maior destaque em Sergipe, que compôs uma junta governativa com participantes do movimento tenentista sergipano. Nela conseguiram representar-se partes das facções dominantes, com exceção dos representantes da facção açucareira.

Segundo Ibarê Dantas, a primeira administração de Maynard foi pautada pelo discurso da neutralidade política, tentando se esquivar das disputas partidárias. A Interventoria favorecia os setores fundamentais da economia, demonstrando que não pretendia autorizar nenhum modelo econômico alternativo, embora, do ponto de vista político, seja possível observar algumas tendências a modificações da estrutura do poder além de um avanço, quanto à organização da classe trabalhadora, com liberdade de organização em sindicatos e federações, além movimentos grevistas. No aspecto político é possível verificar o avanço, quanto à organização da classe trabalhadora, com liberdade de organização em sindicatos e federações, além de movimentos grevistas.

Apesar de, nas relações entre capital e trabalho, avançarem garantindo direitos dos trabalhadores, as políticas implementadas no pós-30, visavam modernizar as relações capital-trabalho, sendo totalmente desvinculados de uma visão socialista. Nesse sentido, Maynard reproduz em Sergipe a máquina de Getúlio Vargas. Tratava-se, portanto, de um governo que apoiava a organização dos trabalhadores, mas, dentro da ordem, isto é, uma proteção controlada.

Contudo a fase política correspondente a pós-revolução de 1930, proporcionou a modernização do estado, devido ao fortalecimento de suas instituições e redefinição de seu papel. A autonomia experimentada pelo rompimento com as oligarquias locais reacionárias modernizou e atualizou as instituições burguesas, ordenando as relações entre capital e trabalho. Nesse novo ordenamento a classe trabalhadora, teve avanços e retrocessos. Obteve uma legislação trabalhista e uma organização sindical tutelada pelo Estado. Observa-se uma modernização nas relações trabalhistas, controlada pelo Estado a fim de modificar sem transformar as estruturas ou ameaçar a ordem burguesa.

Um dos mecanismos utilizados por Maynard para ampliar a sua base de apoio político foi o Congresso das Municipalidades, que o aproximava de políticos e setores da sociedade sergipana, cujo principal articulador foi Carvalho Neto.

Carvalho Neto era um hábil político. Simão-diense oriundo da família dos Carvalhos, tio de Celso de Carvalho, era o homem de articulação entre os políticos locais e o governo. Sua atuação consistia em sentir a receptividade e as reações das tendências reformistas do governo. Assim através dele, Maynard controlava sua atuação e intervenção na política doméstica, balizando com um misto de autoritarismo e tolerância.

Sob a iminência de disputas eleitorais, começa a ocorrer à aproximação de Maynard com Leandro Maciel. Este, oriundo das classes dominantes, se distancia do grupo dos decaídos

(antigos oligarcas) e, por ter uma relação de parentesco com Maynard (primo), se aproxima deste e articula uma chapa para concorrer às futuras eleições. Em contrapartida as frações da classe dominante organizaram então o Partido dos Usineiros. A disputa eleitoral se processa entre as legendas da Liberdade e Civismo (apoiada pela interventoria) e da União Republicana de Sergipe (dos usineiros), além do Partido Social Progressista. Apesar da campanha aberta da igreja, em favor dos grupos oligárquicos, a chapa da interventoria foi a vitoriosa. O triunfo da interventoria, com apoio de Leandro Maciel sobre a agremiação dos usineiros, representava apenas uma fase do confronto. A partir daí, a polarização entre os dois grupos tenderia a crescer.

Posteriormente, Leandro Maciel, se afasta da Interventoria, criando um novo partido denominado Partido Social Democrático de Sergipe. Pragmático, ele faz uma coalizão com a União Republicana de Sergipe e lança como candidato ao governo do estado o capitão e médico Eronides Ferreira de Carvalho e seu nome como candidato ao Senado Federal. A Interventoria tenta contrapor-se a ele, mas foi em vão: decorrido o pleito, os deputados contrários à Interventoria são eleitos em maioria, além de serem assegurados os mandatos de Eronides Carvalho e Leonardo Maciel. Apesar da tentativa de anulação do pleito, Maynard é obrigado a aceitar a derrota.

O pesquisador Ibarê Dantas relata que no governo de Eronides de Carvalho voltam à cena política as oligarquias ligadas ao setor açucareiro. O governo de Eronides de Carvalho torna-se altamente repressivo. A sua administração coincide com período do levante comunista ocorrido em 1935, conhecido como Intentona Comunista. A partir desse momento amparado pela de Segurança Nacional o governo de Eronides de Carvalho reprime toda e qualquer organização de trabalhadores, bem como, inibe através da coação a organização de uma oposição ao seu governo. Além disso, manda fechar jornais e entidades representativas e governa praticamente

sem oposição. Nesse período sua administração implementa um governo de apoio às facções dominantes, sucateando a máquina do estado, trazendo como consequência a sua destituição do cargo, como podemos atestar pelo grifo de Ibarê Dantas:

“Não há dúvida de que o regime autoritário, desprovido de fiscalização efetiva, se torna a campo propício à corrupção e os outros desmandos administrativos. (DANTAS: 1983, p.161).

É por comprovação notória de abuso de poder e corrupção que Eronides Ferreira de Carvalho será exonerado. Após a exoneração de Eronides de Carvalho é feita a indicação do capitão Milton Azevedo como opção conciliatória. Getúlio Vargas temia nomear como governo a pessoa de Augusto Maynard, pois isso contrariava diretamente o governador exonerado. No entanto, o governo de Milton Azevedo se constitui em transição para a passagem do poder a Maynard. Aliás, a composição dos cargos neste governo era de pessoas ligadas diretamente ao grupo de Maynard.

Em 1942, ao assumir novamente o governo do Estado, Augusto Maynard tenta restabelecer as finanças do governo. Ao mesmo tempo, permite uma abertura, mesmo que vigiada, das organizações civis e operárias. Em comparação à gestão anterior, há uma mudança de postura, um compromisso com as classes dominantes. Diferencia-se do primeiro período em que possuía uma postura revolucionária.

2. A fase Populista na política estadual

A segunda fase, que se inicia com o final da Segunda de Guerra é marcada pelo surgimento de siglas e de partidos que visam restabelecer o processo democrático no Brasil. Com a redemocratização, surgem novas siglas partidárias trazendo em seu significado o anseio pelo restabelecimento do processo de escolha por vias democráticas, como, por exemplo; UDN - *União Democrática Nacional* e PSD - *Partido Social Democrático*. Além desses, outros partidos farão parte desse novo cenário como, por exemplo, as legendas de partidos trabalhistas (PTB, PST, etc.) e as legendas socialistas (PCB, PC do B, PSB, etc.).

Apesar da abertura política, em Sergipe as disputas eleitorais permanecem como monopólio das facções dominantes, que se aproveitam da nova roupagem e dos discursos que as siglas possibilitam. Nomes como, Francisco Leite Neto, Arnaldo Rollemberg Garcez, Leandro Maynard Maciel entre outros, voltam à tona, deixando de lado os discursos integralistas e anticomunistas, para então propagar os discursos da ordem do dia, que seriam, aqueles a favor da redemocratização e do nacionalismo. Em relação às disputas partidárias em Sergipe, Ibarê Dantas faz o seguinte comentário:

"Quando o processo de reorganização partidária que foi deflagrado, dando início a segunda fase do estado populista (1945-1964), não obstante o caráter nacional do sistema partidário, os arranjos políticos estaduais tomar as feições próprias. Enquanto o nível nacional a sociedade político a quase sempre fora respaldada pela coligação de PSD-PTB, em Sergipe não apenas as alianças

ocorreram de forma diversa como as práticas políticas dos maiores partidos nem sempre coincide com a das suas matrizes". (DANTAS: 1989, p.312)

As disputas entre PSD e a UDN, tendo os partidos pequenos como fiéis da balança, serão a tônica das disputas eleitorais que se processaram de 1930 até 1964. Estas disputas ocorreram nos municípios interioranos de forma violenta, onde o controle da polícia, da exatonia e da máquina administrativa, determinava o controle e a permanência no poder. A princípio, o PSD se manterá hegemônico, vencendo consecutivamente a eleição para o governo (1947-1950), enquanto a UDN vencerá os dois pleitos seguintes 1954 e 1958, ampliando também sua base eleitoral nos municípios.

Nesse período a economia sergipana passa por grandes transformações, marcadas pela falência da produção açucareira e pelo crescimento da pecuária. Já o setor industrial apresenta crescimento tímido pautado por inúmeras crises.

No início da década de 60, a hegemonia dos grupos dominantes começa a desgastar-se, afetando inclusive suas próprias agremiações. Já os grupos e subalternos compoem o movimento popular, pareciam constituir uma contra hegemonia prestes a triunfar. Tais aglutinações de forças foram possíveis graças a movimentos como o *MEB*, *movimentos religiosos* da ala progressista da Igreja, além de organizações estudantis.

Com a renúncia de Jânio Quadros em 1961 e com os movimentos pró Goulart, surge um clima de insurreição pré-revolucionário. A discussão sobre a Reforma Agrária e o propósito de Goulart a nível nacional e Seixas Dória em Sergipe de implementar essa política, deixam os chefes locais e latifundiários em polvorosa. O clima de insurreição leva os grandes proprietários

sergipanos a se aliarem relevando antigas rixas e até mesmo diferenças partidárias, a fim de barrar a redemocratização da posse da terra.

É com o golpe de 1964 que, em Sergipe, após a cassação do mandato de Seixas Dória, se encerra a segunda fase do populismo em Sergipe. A prisão de Seixas e a posse do vice-governador Sebastião Celso de Carvalho é um dos episódios mais emblemáticos da história política sergipana, e constitui um fato relevante para a correlação de forças dos grupos políticos simãodienses, visto que um líder desses grupos rivais chegava ao governo Estado.



**CAPÍTULO III - A POLÍTICA
SIMÃO DIENSE NA TRANSIÇÃO
PARA O POPULISMO**

III - A política simãodiense na transição para o populismo

Esse capítulo tem como objetivo analisar a política simãodiense no período de transição do domínio oligárquico para o populismo, compreendidas entre as décadas de 50 e 60. Esse momento é marcado pela emergência de políticos populistas a nível nacional, numa fase que se estende até o seu corte com o golpe militar.

Fatos históricos importantíssimos ocorreram neste intervalo de tempo, na política nacional e estadual e que acabaram por produzir seus efeitos nos vários municípios sergipanos, inclusive em Simão Dias.

O estudo da temporalidade proposta nesse trabalho coincide com o processo de declaração dos grupos oligárquicos em Simão Dias, fenômeno intimamente relacionado com o movimento revolucionário de 1930, bem como, com a ascensão da fase populista das décadas de 40 e 50.

É nesse período que duas figuras tradicionais da política local, estarão estreando na cena política. Um oriundo da tradição oligárquica, Sebastião Celso de Carvalho e o outro, uma figura oriunda das classes subalternas, sem tradição familiar, mas um com forte apelo populistas, Pedro de Almeida Valadares.

A análise da trajetória política desses dois personagens traduz essencialmente o divisor de águas da política velha para a política atual, bem como, a compreensão do peso político de Simão Dias na política sergipana.

Tanto Sebastião Celso de Carvalho como o filho de Pedro Almeida Valadares, Antonio Carlos Valadares, governaram Sergipe em momentos distintos. O primeiro, após o golpe

militar de 1964 e o segundo, durante o período de redemocratização do país. Ambos rivalizaram durante décadas na política local, e ainda representam força política no cenário estadual.

Entender como se deu a presença dessas lideranças, na cena política contemporânea de Sergipe é uma das várias questões a serem elucidadas. Seria pretensioso querer que esse trabalho por si só, desse todas as respostas para a presença marcante desses homens na política sergipana. Entretanto, a gênese de suas lideranças políticas é possível ser analisada, inclusive, os fatores que possibilitaram o seu surgimento.

Para isso é necessário analisar as disputas pela tradição de mando, o coronelismo, o populismo e o clientelismo locais. Logo, os relatos anteriores sobre o domínio oligárquico em Simão Dias são extrema importância para uma maior compreensão das mudanças ocorridas nas décadas de 40, 50 e 60. Outro aspecto importante a ser considerado para a análise da política local é conhecer o cenário político estadual, visto que, a política municipal compõe uma peça desse enorme quebra-cabeça que é a política sergipana.

1. A decadência do domínio oligárquico em Simão Dias

Em maio de 1945, Getúlio Vargas ainda no comando do Governo, sente-se pressionado a deixar o cargo, por uma campanha que o acusa de ser um governante totalitário que acabara de apoiar os exércitos que fizeram ruir, na II guerra, os regimes totalitários europeus. Frente a contradição, o mesmo se vê obrigado a reorganizar o sistema eleitoral e partidário nacional, baixando um decreto que permitia o registro eleitoral dos partidos. Após essa iniciativa, novos partidos começam e se estruturam em vários estados brasileiros. A redemocratização faz

ressuscitar as velhas legendas conservadoras dos Estados paulistas e mineiros, como por exemplo; o Partido Democrático de São Paulo, o Partido Republicano Mineiro. Vargas, para impedir o avanço da oposição determina que só obteriam o registro legal, os partidos de caráter nacional, impedido a existência de legendas regionais ou estaduais. Decorre daí a criação das legendas nacionais, conhecidas como, União Democrática Nacional- UDN e Partido Social Democrático- PSD.

Em Sergipe a liderança de Augusto Maynard fica desgastada pelo movimento anti-getulista. Então, Leandro Maciel, figura presente em vários episódios da política sergipana, dá a cartada final para ocupar a posição de maior liderança política no estado. Quanto à formação das agremiações nacionais, na política estadual a historiadora Terezinha Oliva esclarece:

“Os liderados de Leandro Maciel marcaram uma postura de questionamento do autoritarismo no decorrer do governo de Maynard, passando do apoio inicial ao oposicionismo. Com uma mensagem atraente para os estratos médios da população e com o apoio econômico fundamental da família Prado Franco, fundaram a União Democrática Nacional (UDN) , aglutinando representações do patronato rural e urbano, de setores da classe média e de alguns setores das camadas populares. Desde o governo de Eronides de Carvalho, o senador Leandro Maciel deixara de apoiar o bloco partidário dos usineiros, iniciando a trajetória que o colocaria no centro das decisões da política sergipana nos anos seguintes”. (OLIVA: 1991, p. 153)

E continua, a respeito do PSD:

“Em torno de Maynard, figura que vai sendo ofuscada por Francisco Leite Neto, Secretário Geral da Interventoria, vai-se constituir o Partido Social Democrático(PSD), agremiação governista criada por inspiração do próprio Getulio Vargas, que em Sergipe tem a marca do momento mais reacionário do interventor. Esse partido que não se deve confundir com o PSD local de 1934, incorporou remanescentes da ex-URS, membros do Centro Operário que apoiavam Maynard, pessoal do governo, funcionários públicos e coronéis, dirigindo uma política que manteve os expedientes do autoritarismo, como a censura prévia à imprensa, mesmo depois que tais expedientes haviam ido abolidos a nível nacional”. (OLIVA: 1991, p. 153)

Em Simão Dias, as disputas entre partidários dessas duas legendas, constituem os últimos episódios, da acirrada disputa entre as famílias tradicionais, que durante décadas disputaram palmo a palmo, o poder municipal. É óbvio que as famílias de tradição ainda continuam tendo influência na política local. Os resquícios do seu poder garantem participações nas gestões estaduais e municipais, direta ou indiretamente. Mas, a sua ascensão, bem como, a sua decadência está relacionada a fatores conjunturais e econômicos.

A ascensão dos políticos simãodienses no cenário estadual deve-se a importância da pecuária e do algodão na economia sergipana, que a partir de 1930, possibilita aos políticos sertanejos, um maior poderio econômico. No mesmo momento as oligarquias canavieiras estão enfraquecidas devido o embate com a interventoria. Terezinha Oliva ao tratar da situação econômico-social no pós-30, mostra este processo de degradação e declínio da produção canavieira:

“A classe dominante era agora menos homogênea. A oligarquia açucareira era afetada pelo processo de substituição de engenhos por usinas, e pelo fortalecimento de pecuaristas e produtores de algodão”. (OLIVA: 1991, p. 147).

No entanto, a representação local na política sergipana remonta aos primeiros anos do governo republicano: Dr. Joviniano de Carvalho, avô paterno de Celso de Carvalho, foi Deputado Federal por Sergipe cinco vezes; o Cel. Pedro Freire de Carvalho foi vice-presidente do Estado, de 1911 a 1914, chegando a governar Sergipe em várias ocasiões. Já Carvalho Neto, foi uma figura marcante no cenário político do pós-1930, como descreve Ibarê Dantas:



Fig. 16 – Cel. Pedro Freire de Carvalho

Foi vice-presidente de Sergipe, chegando a ocupar o cargo de presidente de estado ocasionalmente.

“Outro intelectual com bastante ascendência sobre a interventoria foi Carvalho Neto (Antonio Manuel de). Filho de Família com vasta tradição de mando no Estado, bacharelou-se em Direito e exerceu os mandatos de deputado estadual(1912-13) e de deputado federal(1921-23 e 1924-26). Tornou-se nessa última legislatura, membro da comissão de legislação social e um dos principais propugnadores pela reforma constitucional que atribuiu ao Congresso o direito de legislar sobre o trabalho. Em 1926 tentou ser indicado para a Presidência do Estado, mas terminou preterido, acusado de ser uma candidatura vermelha. Voltando a Sergipe, dedicou-se à advocacia, tornando-se um dos principais responsáveis pela soltura do então tenente Maynard entre 1927-28. Indicado

para o conselho das municipalidades e, posteriormente, exerceu o cargo de Consultor Jurídico do Estado. Mais importante, porém do que esses cargos em si, foi a influencia que desempenhou junto à interventoria, podendo ser considerado, após a morte de João Maynard, o principal intelectual do governo”. (DANTAS: 1983, p. 52).



Fig. 17 – Antonio Manoel de Carvalho Neto

Marcos Ferreira de Jesus, também teve uma carreira política de expressão a nível estadual. Além de ter sido o primeiro prefeito de Simão Dias, exerceu um mandato eleito e outro por nomeação. Foi eleito suplente de Senador pelo PSD- PR, nas eleições de janeiro de 1947. Naquele mesmo ano assumia o cargo de prefeito da capital sergipana, Aracaju, para o período de 1947 a 1951.

Na mesma eleição em que Marcos Ferreira era eleito prefeito da Capital, Sebastião Celso de Carvalho foi eleito prefeito de Simão Dias. Esse fato marca o processo de abertura após a fase ditatorial do Estado Novo.

2. Celso de Carvalho: o último representante oligárquico

Como já foi dito, o pleito no qual Celso de Carvalho é eleito, coincide com a abertura política na pós-ditadura getulista do Estado Novo. Após anos de repressão e inexistência de

democracia, esperava-se um pleito com ampla participação popular, além, dos inúmeros setores representativos da sociedade, visto que, no período discricionário, estes foram praticamente desarticulados. Mas, a eleição municipal de 1947 reafirma o domínio oligárquico. A vitória de Celso de Carvalho comprova que o poder político ainda era privilégio das oligarquias. Este voltava recém formado como bacharel em Direito, pela Universidade Federal da Bahia, para tornar-se prefeito. Ainda muito jovem não era uma figura popular ou pública. Pesava ao seu favor somente a tradição familiar. Oriundo da aristocracia foi criado com todas as regalias que só os abastados podem ter, entre elas a boa educação, como o mesmo relata:

“As primeiras letras cursei no Grupo Escolar Fausto Cardoso. Passei pouco tempo estudando nesta escola, pois meus irmãos estavam chegando à fase escolar e então meu pai contratou uma professora em Aracaju. Ela veio morar conosco e passou a ser nossa mestra. No final de 1933, meu pai levou-me a Aracaju para que eu fizesse, no Colégio Tobias Barreto, o exame para saber se estava habilitado a fazer o curso ginásial que tinha a duração de cinco anos. Nessa época, o primário não tinha um período determinado de três ou quatro anos, podendo fazer o exame. Fui para o colégio interno ficando, no entanto, constatado que eu não estava em condições de fazer o exame de admissão”. (CARVALHO, 18/01/2002).

“Cursei todo o ano 1934, quando fiz o curso médio com o Professor Zezinho. Depois fiz o exame normal passei e entrei para o ginásio. Meus irmãos depois seguiram a mesma linha. Minhas irmãs foram estudar na Sacramentina, em Salvador. Lá fizeram o curso ginásial e voltaram para casa”. (CARVALHO, 18/01/2002).

“Fiquei no Colégio Tobias Barreto até o ano de 1939. Quando conclui o curso; tinha então quinze anos. Em 1940 passei dois anos no Colégio Maristas Nossa Senhora da Vitória, em Salvador, onde fiz o curso pré-jurídico que era um curso complementar após o ginásio. Depois fiz o exame para a Faculdade de Direito e me formei em 1946”. (CARVALHO, 05/04/2002).

“Quando passei no exame vestibular, vim passar o carnaval em Simão Dias, já acadêmico.

Isso dava um certo ar de importância. Tinha as meninas que dançavam, dançava-se muito naquela época em casa de família, nas grandes salas e tinha os clubezinhos. Eu gostava disso”. (CARVALHO, 18/01/2002).



Fig. 18 – Celso de Carvalho no fórum, atuando como advogado em defesa de um réu.

“Em 1946, quando da minha formatura, o Caiçara Clube, me prestou uma homenagem, aliás a mim e aos formandos do ano. Eu formado com cabelinho preto e bigodinho”. (CARVALHO, 18/01/2002).

Pelo depoimento e possível observar que Celso de Carvalho foi criado longe de Simão Dias, morando e estudando nos colégios das capitais sergipana e baiana. Após se formar volta a Simão Dias, onde, durante um ano, exerce a profissão de advogado. Na eleição municipal de 1947, é lançado como candidato único a prefeito, pelo seu tio Gervásio Prata. Toma-se o candidato de consenso das oligarquias.

“Depois de formado voltei para Simão Dias e um ano depois. Em 9 de novembro de 1947, fui eleito Prefeito, com apenas vinte e quatro anos. Fui eleito como candidato único. As facções eram de Dr. Gervásio Prata do PSD e José Dória de Almeida UDN. Fui o sucessor de Francisco Silveira Deda. Passei quatro anos na prefeitura e segui a carreira política”. (CARVALHO, 18/01/2002).

“No período em que antecedeu as eleições, eu advogava em Simão Dias e Paripiranga. Quando Prefeito, continuei a advogar somente em Paripiranga porque estava impossibilitado devido ao meu cargo. Depois que entrei na política, advogava mais para atender aos eleitores(...)”. (CARVALHO, 18/01/2002).

“(…) A minha gestão como Prefeito me abriu as portas para a política, tendo em vista que, eu nunca tinha feito política antes. Foi uma eleição mole; candidato único é um passeio. Mas fui conhecendo as pessoas, gravando os nomes e fisionomias, pois eu era bom nisso. Aquilo me atraiu. Gostava de política. Abri meu coração para a política e descobri que era vocacionado”. (CARVALHO, 18/01/2002).

As campanhas municipais exigiam dos candidatos uma nova postura política. O Brasil e o mundo haviam passado por transformações profundas, devido à guerra e à consolidação do capitalismo mundial. Getúlio Vargas, durante a ditadura, implantou indústrias de base, com o intuito de fomentar o desenvolvimento industrial brasileiro. Essa iniciativa mudava as bases econômicas nacionais. O modelo agro-exportador cedia lugar à produção industrial

urbana, favorecendo a região sudeste, e relegando o Nordeste a segundo plano. Mas, algumas mudanças se fazem sentir até mesmo nos mais longínquos recantos nacionais. A radiodifusão amplia os discursos, unifica as idéias. Foi utilizada amplamente por Vargas como meio de propaganda, ajudando a criar um fenômeno poderosíssimo: o populismo. Diante da falência do poder privado na condução do Estado, a figura do político populista surge como resposta às demandas sociais resultantes das transformações do pós-guerra. Uma população urbana, cada vez mais crescente, analfabeta, desqualificada e totalmente desinformada, é obrigada a integrar-se a um modelo desenvolvimentista a “toque de caixa”. Vargas cria então um novo modelo político, anticomunista, anticonservador, mas com um forte apelo popular. É o “Pai dos pobres”, que traz para si a responsabilidade de regulamentar a convivência entre o capital e o trabalho, evitando assim os conflitos.

Nesse novo cenário político é que em 1947, se desenrolam as eleições em Simão Dias. Celso de Carvalho, apesar de ser representante das elites, vê-se diante de um novo desafio; sair a procura de votos. Os tempos eram outros. Simão Dias havia crescido e a população também. A Constituição de 1946, dava a homens e mulheres alfabetizados, com idade acima de 18 anos o direito de voto. Era preciso então enfrentar o eleitorado. Nesse período o mandonismo vai perdendo intensidade. O carisma torna-se então indispensável. Celso de Carvalho ainda muito jovem, inexperiente e recém-formado, “cai na estrada” à procura de votos.



Fig. 19 – O Desembargador Gervásio Prata com esposas e filhas.

O senhor Manoel da Conceição, conhecido como “Mestre Senhor”, sapateiro de uma dessas fábricas artesanais de calçados que existiam na cidade, em entrevista concedida para este trabalho relatou as lembranças da campanha eleitoral de 1947. No relato é possível observar que Celso de Carvalho pedia votos acompanhado de seu tio e padrinho, Desembargador Gervásio Prata, provavelmente por ser mais conhecido e influente.

“Dr. Celso foi prefeito de Simão Dias. Tinha conhecimento, estudava lá para Salvador. Foi juiz em Campo do Brito, era advogado. O Doutor Gervásio Prata que era tio irmão, casado com a irmã dele, Dona Maroca. Então, com a sapataria que tinha muita gente, o Sr. Dr. Celso entrou mais o Tio que tinha conhecimento com o dono da casa, convidando os sapateiros, porque ele ia ser candidato. Foi candidato único”. (CONCEIÇÃO, 07/05/2002).

Outro testemunho elucidativo sobre a campanha de Celso de Carvalho é o relato do Sr. Otávio Leal morador do povoado São Domingos:

“...fez a política dentro de casa. Foi! Eu me lembro! Essas feiras! Ele saía de Simão Dias. E os partidos políticos todos apoiavam ele pra prefeito. Dorinha!. Todo mundo apoiou...candidato único. Ninguém quis disputar com ele. Dorinha apoiou a candidatura dele. O chefe era Dr. Gervásio, sabe? Foi quem apresentou ele. Todos os partidos o apoiaram. E ai, ele entrou na política, entrosou-se. Veio para aqui. O povo era revoltado com o Partido de Gervásio. Mas, ele chegou aqui, não achou nenhum retrato dependurado nesse povoado. Ai, foi que um Senhor Fernando o chamou, levou pra casinha, e ai ele ficou

tomando nota do povo e tal, quem era os amigos que estava com ele”. (LEAL, 12/01/2002).

Outro importante testemunho é a descrição do Sr. João Correia do Nascimento:

“Quando era tempo de política, eles pegavam nas mãos do pobre. Esse povo de Dr. Celso mesmo. Mas no tempo eleição! Ave Maria! Vinham aqui, falava com o povo. O pai de Lourdes era candidato, Moisés trabalhava pra Dr. Celso. No tempo de eleição tocava por essas matas todas, ela atrás de Dr. Celso fazendo campanha. Ave Maria! Quando chegava na casa da gente só faltava dar beijo, mas quando passava o tempo de eleição. Ai ó!...”
(NASCIMENTO, 07/05/2002).

Como vimos através dos relatos, Celso de Carvalho se adaptou rapidamente à demanda da política populista, mas a sua formação palaciana, lhe causou alguns percalços durante a carreira. A formação de um grupo político hegemônico no município foi por vezes adiada. Tornou-se um político pessoalmente vitorioso, mas o mesmo não se pode dizer do seu partido e de seu grupo político. Filiado ao PSD, viu nos outros pleitos o crescimento da figura de José Dória ou “Dorinha” como era popularmente chamado.



Fig. 20 – José Almeida Dória, mais conhecido como “Dorinha”, foi um político temido e respeitado. Latifundiário, teve 16 fazendas, além de uma grande fortuna. Udenista nunca foi prefeito municipal, mas como líder político local conseguiu se eleger deputado estadual.

Dorinha era um latifundiário poderosíssimo que controlava a legenda da UDN. Muito rico, era temido por seu comportamento violento. Este apesar dos cargos que ocupou não teve uma carreira brilhante. Talvez por insistir em ter uma postura de coronel, numa conjuntura adversa. Tornou-se um mito em Simão Dias, devido o seu comportamento intempestivo. As pessoas, ao relatarem a sua conduta, ainda expressam medo. Vários relatos levantam denúncias de violência física. No entanto, Dorinha nunca foi acusado judicialmente por tais denúncias.

O Otávio Leal descreve o temor a Dorinha:

“Os três políticos de Simão Dias era Candinho, Dr. Celso e Dorinha. Os três que jogavam política juntos, pra lá e pra cá. Era aquele negócio; o Dorinha. Se existisse homem daquele, Simão Dias não tinha vagabundo. Ele pegava e assim o cara que fizesse de qualquer coisa, botava numa camionete e dissertava bem longe daqui. O Dorinha era assim com os ladrões. Tinha uma furna, ele pegava e jogava dentro. Mas, quem era homem para denunciar Dorinha. Se denunciasse morria”. (LEAL, 12/01/2002).

Já o João Correia do Nascimento faz o seguinte relato:

“O Dorinha era perigoso, hoje é que os filhos estão quietos. Mas era violento! Pai, filho, tudo. Ele jogava o carro em cima da gente, chegava uma criança ele jogava em cima. Aquele Jaconias, Zé e os irmãos. Dorinha era perigoso, mas depois ele levou um **chegas**, ai ele ficou melhor. Andaram querendo matar ele e os filhos. Os filhos foram embora, uns para os Estados Unidos”. (NASCIMENTO, 07/05/2002).

Celso de Carvalho atesta:

“Ele era um homem impetuoso (Dorinha). Foi o que não fez dele um grande político. Por isso ele não teve vôos maiores, porque era impulsivo, e estava ficando com uma grande fortuna em Simão Dias. Ele morreu deixando um grande patrimônio pra família. Todos saíram fazendeiros. Ele tinha dezesseis fazendas e todas cheias de gado. E dividiu para a família. Era rico e foi Deputado uma ou duas vezes?! Duas vezes”. (CARVALHO, 05/04/2002).

Na eleição municipal na qual Celso de Carvalho foi eleito, ele se absteve de lançar uma candidatura udenista, mas se encarregou de criar e fortalecer a legenda oposicionista. Celso de Carvalho relata que na ocasião de sua candidatura, Dorinha teria aceitado a não indicar um concorrente contra ele, pela amizade que tinha por seu pai, o Sr. João Carvalho, dono da Fazenda Mercador. Ambos eram latifundiários, e costumavam negociar com gado, numa relação de compra e venda. Naquele momento pesaram antigos laços de amizade. Mas, não por muito tempo! Para Celso de Carvalho a iniciação na política começava como um processo fácil, sem percalços. Como uma dádiva. Talvez o mais correto seja considerar como uma herança:

“Dorinha resolveu votar em mim. Foi por isso que eu fui candidato único. Mas eu não fui uma pedra que surgia assim de helicóptero. Não, eu já tinha raízes de área política que era de meus parentes”. (CARVALHO, 05/04/2002).

A frase acima é bastante elucidativa, pois confere uma grande importância aos relatos das disputas oligárquicas, que ocorreram desde a emancipação política, descritos no início desse capítulo. Verificamos que a linhagem justifica a herança de poder. Mas, com Celso de Carvalho começa um processo de desintegração do domínio político que se apóia no latifúndio. A tradição permanecerá, mas outros elementos exercerão influência na decisão do voto: o mito populista, bem como, a ascendente prática assistencialista e paternalista.

A formação acadêmica de Celso de Carvalho bem como a sua vivência urbana coincidiram com as demandas da nova ordem. Nascia no pós-guerra o desejo desenvolvimentista e o fenômeno da urbanização. Logo, as reformas implementadas no município por Celso de Carvalho visavam modernizar o aspecto urbanístico, no entanto, algumas reformas foram amplamente criticadas, como por exemplo, a derrubada do antigo coreto de abóbada de concreto armado. Já a remoção da estátua de Pedro Barreto é um capítulo à parte já relatado no início desse capítulo. Uma das principais iniciativas, bem sucedidas dessa gestão foi a implantação da iluminação pública, através de um gerador elétrico movido a óleo diesel.

Após o término do mandato, Celso resolveu não se candidatar a Deputado Estadual, como era costume dos políticos locais, que utilizavam o comando do município para alçar uma carreira política a nível estadual. O motivo é que José de Carvalho Deda era candidato pelo mesmo partido, PSD. Dessa forma, como estava sem mandato, Celso voltou a advogar em Simão Dias. No pleito municipal, o seu partido não fez o sucessor no município. Após seu mandato assume a prefeitura Nelson Pinto de Mendonça, que era cunhado de Dorinha. Nesse momento UDN passava a comandar o município.

O fato de não eleger o sucessor demonstrava desgaste e fragilidade política do grupo de Celso. No pleito que elegeu o seu sucessor, o candidato do seu grupo era Inocêncio de

Oliveira, um comerciante local. No mesmo período as legendas PSD-PR, eram hegemônicas a nível estadual. Em 1950, Arnaldo Rolemberg Garcez, havia derrotado a UDN de Leandro Maciel, assumindo o Governo do Estado. Apesar disso no município o PSD, amargava derrotas.

Nelson Pinto de Mendonça governou até 1954, quando Cândido Dortas assume a Prefeitura. Em 1955, Celso decide então concorrer a Deputado Estadual. Essa decisão provoca o rompimento com Carvalho Deda, que muda de partido. Nesse pleito, Simão Dias tem três

candidaturas vitoriosas: Carvalho Deda eleito pelo UDN-PST-PTN com 1941 votos ; José Doria (Dorinha) pelo PR, com 1993 votos. Celso de Carvalho eleito pelo PSD, com 2051 votos². Começava então a sua carreira a nível estadual.

Mesmo com o crescimento de seu líder, no cenário político estadual, no âmbito municipal o grupo de Celso amargou inúmeras derrotas, sendo vitorioso apenas no pós-1964, no período em que os partidos locais conhecidos como: jacarés *versus* crocodilos.

Jorge Barreto, um dos seus mais severos críticos, como podemos observar em citações anteriores, classificou Celso de Carvalho como um político destituído de capacidade administrativa. Mas, as críticas mais veementes à sua carreira ocorre no período e que assume o governo estadual após o golpe de 1964.

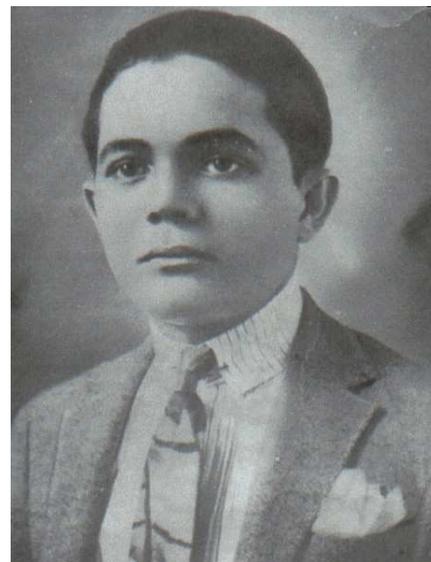


Fig. 21 – Cândido Dortas, mais conhecido como “Candinho”, foi um dos maiores latifundiários que Simão Dias já teve. Foi prefeito e deputado estadual.

² Os resultados das eleições estaduais de 1955 foram obtidos no site do TRE-SE.

Após dois mandatos como Deputado Estadual, Celso de Carvalho é escolhido como Vice-governador na chapa encabeçada por Seixas Dória. O relato no qual Celso descreve como foi a sua indicação para Vice-governador é surpreendente. Novamente, “cai do céu” a oportunidade de ocupar um cargo político de destaque. Enquanto o seu partido, articula e monta estratégias, ele descansa em uma Fazenda em Simão Dias. Então, vem o convite para compor a chapa ao Governo. Mediante as várias facilidades com que se depara em sua carreira, como, por exemplo: a sua candidatura municipal sem adversários, a eleição como Deputado Estadual sendo o mais votado, apesar das duas candidaturas concorrentes no município, bem como, a indicação a Vice e a posse como Governador do Estado, o faz com que ele tenha a convicção de que tudo lhe foi dado pelo destino;

“Nós então do PSD, não tínhamos condições de fazer o sucessor, porque os que estavam com eles eram fortes. Pegamos o Seixas, atraímos para

nós com o Senador Heribaldo Vieira. Pegamos um grupo da UDN, rachamos e fizemos alguns deles nossos candidatos.

Seixas Dória foi que mexeu muito com isso. O

candidato Conrado Araújo do PTB e prefeito da

Capital ficou conosco trazendo o Seixas. Fizemos a chapa Seixas Dória e Conrado Araújo. Ora, como é que nós éramos um partido grande e estávamos



Fig. 22 – Celso de Carvalho em reunião com o seu secretariado no Palácio Olímpio Campos

votando em um candidato que não era nosso. Nem o vice nós tínhamos. A tese de Manuel Conde Sobral estava correta. Ele divulgou e defendeu sua idéia com muito ardor e Conrado de Araújo resolveu deixar de ser candidato à vice. Leite Neto me escolhe para ser candidato à vice. Eu estava na fazenda Água Verde com minha família quando, ele mandou me chamar. Era um dia de domingo. Ele estava na Atalaia, reuniu o partido e me escolheram como Vice-governador. Mas, meu desejo era ser Governador. Me acomodei. Então, ficou a chapa Seixas Dória e Celso de Carvalho. Fizemos a campanha popular. Seixas Dória era um bom orador, desses que abalam as velhinhas, elas chamavam por ele. Fomos e ganhamos, foi pelo povo, não teve negócio de dinheiro, naquele tempo não se usava dinheiro para se comprar voto, nada disso existia, veio existir depois da Revolução. Nunca fui Senador, meu grande projeto era ser Senador depois Governador, mas não fui, não consegui. Esses cargos majoritários são dados pelo destino. Não tive o destino de ser Senador, mas fui Vice. Acontece que vem

a Revolução e as Forças Armadas depuseram o Seixas e o prenderam. O Seixas foi preso no Palácio dormindo, acordaram, arrebentaram a porta do quarto em que dormia. O comandante da Região da Bahia mandou



Fig. 23 – Celso de Carvalho ao lado do Ministro da Aviação Juarez Távola.

ordem para o comandante do 28ºBC, investir no governo o Vice-governador Celso de Carvalho, ai o destino se marca, o destino acontece”. (CARVALHO, 18/01/2002).

Como verificamos, Celso de Carvalho teve uma carreira política promissora, ou melhor, excepcional, levando em conta a sua tímida postura política. Nunca foi um grande articulador político, mas coincidentemente a história lhe reservou algumas surpresas que ele mesmo compreende como destino. As articulações que o privilegiaram sempre vieram de lideranças acima dele como, por exemplo, seu padrinho Gervásio Prata. No episódio em que é indicado como Vice- governador coube a indicação a Leite Neto, e o cargo de Governador, aos militares. Tudo sem esforço, tudo ao acaso. Será? Existe o acaso na história? Ele parece o homem certo no momento certo. Sempre à disposição para ocupar uma posição de destaque, encaixando-se como uma luva no projeto político dominante. Era um político habilidoso? Sim. Logo, o acaso não se justifica. Ele espira confiança para o seu grupo. A posse do governo é uma decisão política. A candidatura a Vice é uma decisão política.

O golpe para ele e seus partidários foi uma revolução. Seixas Dória, um esquerdista e subversivo. Ele está enganado? Não. Ele é um aristocrata e reacionário, fruto da sua educação aristocrática; logo a postura na qual ele se investe no momento do golpe, em seu imaginário, corresponde à de quem se sentiu um predestinado:

“ A postura política de Seixas, que era de esquerda, foi decisiva para a sua deposição. Ele passou para o nosso lado porque queria ser Governador e deixou a ideologia um pouco de lado. Nós elegemos um discurso de direita e ele de esquerda. A chapa estava equilibrada. Seixas foi um Governador correto, honesto e sovino. Ele perdeu o Governo porque era um homem de esquerda e continuava de esquerda. Ele não era corrupto, era tido

como subversivo. Eu não era nem uma coisa, nem outra graças a Deus. Mandaram me investir no Governo”. (CARVALHO, 18/01/2002).

Manoel Correia de Andrade, no seu livro “1964 e o Nordeste – Golpe, Revolução ou Contra-revolução?”, publicado em 1989, levanta questões e indaga sobre o que foi o movimento de 1964. Ele deixa claro que, naquele momento, os militares juntamente com as elites brasileiras, barraram um processo de mudanças estruturais importantes para o País. Ao relatar os fatos acontecidos no nordeste aponta o papel de Sergipe nesse processo. Tratando da deposição de Seixas, ele comenta a posição tomada por Celso de Carvalho:

“Mas os dias do seu sucessor não foram fáceis. Homem tímido, ao ser acordado por oficiais do exército para assumir o governo, na madrugada do dia 2 de abril, ficou tão indeciso que o oficial perguntou-lhe se estava com medo. Foi levado ao palácio e empossado sem nenhuma formalidade, ainda quando a família Seixas Dória deixava o palácio. Aguardou o impeachment e julgou-se em paz



Fig. 24 – Celso de Carvalho ao lado do Presidente Castelo Branco em visita a Sergipe.

com a consciência por ser vice-governador e, conseqüentemente, a pessoa indicada para substituir o governador cassado. As duvidas eram muitas e grande parte dos sergipanos o considerava traidor, pois fora eleito com Seixas Dória e aceitara o poder após sua derrubada violenta. Manteve o secretariado e passou a

ouvir os oficiais do 28º Batalhão sediado em Aracaju, sobre a sua conduta”(ANDRADE:1989.p.71).

“Teve desse modo um governo sombrio, dúbio, tímido, no qual foram presas as pessoas mais representativa da sociedade sergipana e indicados em processos políticos intelectuais e estudantes, sem que o governo estadual tivesse a menor condição de exercer uma função pacificadora. Sergipe, como os demais estados do Brasil, passou a ser governado por pessoas da confiança do sistema, indicados pelo Governo Federal e apenas formalmente eleitos por um colégio que não tinha a menor autonomia”. (ANDRADE,1989.p.72)

Como governador, Celso Carvalho, chegava ao ápice de sua carreira. No município, o seu grupo se fortalecia novamente, no pós-64. Candidatos ligados a ele ganhariam o governo municipal, entre estes, Abel Jacó e Manoel Ferreira de Matos; mais conhecido como Caçulo, ambos de postura populista. Este último encarregou de aposentá-lo politicamente, após uma das campanhas mais polêmicas ocorridas em Simão Dias. Esse período conhecido como política dos *jacarés* contra *crocodilos*, está fora da temporalidade proposta nesse estudo. Mas, ao comentar sobre o surgimento do político Pedro Almeida Valadares, estaremos relatando a sua gênese.



Fig. 25 – Celso de Carvalho nos braços do povo após a vitória de Abel Jacó dos Santos como prefeito em 1977.

3. Pedro Almeida Valadares: a expressão do fenômeno populista

Como já foi mencionado, o populismo foi um fenômeno político que marcou as décadas de 40 e 50, com líderes de forte apelo popular. Na América Latina, esse fenômeno é tão forte que líderes como Perón e Getúlio, cedem os seus próprios nomes, na designação de suas trajetórias políticas como populistas. Trata-se do *Peronismo* e do *Getulismo*. Os traços marcantes desse fenômeno é a existência de lideranças com grande concentração de poder, o que possibilita a existência de um Estado forte e centralizado. Esse poder é respaldado pela massa popular. Mas, por quê?

Segundo Francisco Weffort, o populismo é um fenômeno que nasce com o processo de urbanização. No período em que o fenômeno se apresenta, o Brasil estava passando por acelerado processo de urbanização, devido à transferência de uma economia baseada no modelo agro-exportador, para o modelo industrial. O crescimento das cidades traz no seu cerne inúmeras demandas sociais como; saneamento, regulamentação do trabalho, formação escolar, formação profissional, transporte, moradia, segurança, entre outras. Como resolvê-las?

Nos momentos de crise, surgem os salvadores da pátria. Sempre dispostos a dizer o que a massa quer ouvir. Trata-se de um momento onde a sociedade pressiona o Estado, para que o mesmo atenda as suas necessidades. Nesse processo, o Estado se personaliza na figura de um líder.

No Brasil, Vargas tratou de coibir e aniquilar as organizações partidárias e sindicais, que visavam implantar o socialismo. Em contra-partida tomou para si, a responsabilidade de minimizar as distorções entre capital e trabalho. Consolidou as leis trabalhistas delegando ao

Estado, a tutela da classe trabalhadora. A campanha do “Petróleo é Nosso” e a criação da Petrobrás, onde o argumento nacionalista foi amplamente utilizado ajudaram a conferir a Vargas o seu enorme peso populista. O que ele não contava é que setores conservadores da sociedade também tivessem um amplo poder de persuasão, ao utilizar o poder da mídia. Decide então se suicidar devido a forte pressão dos seus adversários que insistiam em incriminá-lo pelo atentado na Rua Toneleros. Suicida-se esperando que as massas populares, que tanto o adoravam, após seu suicídio provocassem uma revolução.

Também se destacaram como populistas, os políticos paulistas Ademar de Barros e Jânio Quadros, ambos oriundos do estado mais urbanizado da Nação; São Paulo. Apesar de o populismo se apresentar mais forte nos meios mais urbanizados, ele estava presente nos vários recantos do país como um novo estilo de fazer política.

Para Edgar Carone, o populismo foi resultado da falência do sistema oligárquico. No entanto, as forças oligárquicas não estavam liquidadas. Agora, no novo sistema eleitoral baseado no partidarismo, ampliam-se as possibilidades de participação política de indivíduos das mais variadas classes sociais, o que possibilitava a renovação dos quadros políticos:

“O aparecimento da liderança carismática ou populista coincide historicamente com a crise do sistema oligárquico e significa, por sua vez, a capacidade da classe em se amoldar a novas situações. Pouco importa os sinais de discordância dentro delas, mostrando os antagonismos interiores; o significativo é que ela procura se manter no poder, e é de suas próprias fileiras que parte a iniciativa de remoção. A necessidade da mudança é social, tem conotação ampla, portanto a oligarquia não pode ficar à margem desse

processo. As lideranças populistas se originam de diversas camadas sociais e atendem a amplo leque de reivindicações das classes urbanas; mas os seus principais representantes são oriundos da classe dominante e representam, assim a ligação entre os partidos elitistas e a massa das cidades”.(CARONE,1985,p.281).

É nesse período, que surge como político em Simão Dias Pedro Almeida Valadares.

Como líder ele é a maior expressão do fenômeno populista em Simão Dias. No entanto surge a



Fig. 26 – Pedro Almeida Valadares

seguinte questão: Se o populismo é um fenômeno tipicamente urbano, teria ocorrido em Simão Dias, cidade pequena do interior sergipano? Sim ocorreu. Ressalvadas as devidas proporções, o fenômeno deve ter se apresentado na maioria das cidades brasileiras, no entanto com peculiaridades próprias. Quanto à Simão Dias é notório que o populismo se apresenta na carreira política de Pedro Valadares, visto que, a mesma traz elementos que o caracterizam como um líder de forte apelo popular. Ademais, a cidade estava passando por um momento

de desenvolvimento e urbanização. O município era produtor de calçados, feitos em oficinas artesanais, onde o couro, extraído no abate do gado, era beneficiado e transformado em produtos. Começava nesse período o que os simãodienses mais idosos chamam de “o período áureo de Simão Dias”, onde o comércio e a produção manufatureira foram prósperos.

Carone defende a tese de que o populismo ocorreu devido à absorção de lideranças populares pelos grupos oligárquicos, na ânsia de sobreviver às mudanças políticas. Essa

estratégia possibilitou a resistência dos políticos tradicionais, mas as novas lideranças oriundas de classes populares deram um novo rumo à dinâmica eleitoral, abrindo a possibilidade para que a política não permanecesse privilégio de uma casta. O relatos sobre a trajetória de Pedro Valadares comprovam essa tese.

Pedro Valadares começou a sua carreira política como vereador em 1951, ligado ao grupo de Dorinha, quando a câmara municipal ainda era composta por seis vereadores. Agricultor, plantador de algodão, morava em uma propriedade rural próximo ao povoado Pau-de-leite.

“Foi um homem que puxou cobra para os pés. Na enxada! Eu trabalhei com ele limpando algodão, no pau de leite. Eu! Aquele homem aleijou. Ele era meio corcunda. Mais não foi outra coisa não; cabo de enxada. Ali trabalhou viu!. Mercador de algodão, fazia campos de algodão. Naquele tempo trator era difícil, só se fosse do governo do Estado. Tem mais! Naquele tempo um homem não botava dez tarefas de Roça. Pedro Valadares tinha campo de algodão e botava vinte tarefas. E com isso ai ele meteu a cara(...)”(SANTANA, 12/01/2002).

Pelos relatos obtidos na composição desse trabalho é possível observar que a trajetória política de Pedro Valadares é pautada pelo mito do homem sofredor. Não é de se estranhar, visto que, ele era um agricultor assim como a maioria dos simãodienses. A premissa que diz, “todo agricultor é um sofredor”, tem fundamento, principalmente no período em questão, quando a mecanização ainda era inacessível. O trabalho agrícola é muito árduo. Mas o que colabora para a construção do mito no imaginário popular é a sua trajetória política pautada

em conflitos e rompimentos com os chefes locais. As atuais lembranças cheias de compaixão, são um reflexo de sua morte prematura em meio o auge político, bem como, o sofrimento e aflição vivida em decorrência da tentativa de *impeachment* (impedimento) como prefeito, compartilhados pela maioria da população da época. A primeira eleição como vereador não reflete algo de excepcional, mas não podemos dizer o mesmo quanto à sua capacidade de potencializar o mandato em uma trajetória vitoriosa, chegando ao executivo e posteriormente à assembléia estadual. Graças a quê? Amigos poderosos ou à popularidade? A ambos. Além de muita habilidade.

Começou a carreira fazendo parte de um grupo poderosíssimo, comandado por Dorinha, figura arrogante é impopular, como vimos anteriormente, mas que apesar de tudo foi um político vencedor. Como? A política tem suas compensações. Políticos populares eram essas compensações.

Cândido Dortas, mais conhecido como “Candinho” era também um grande latifundiário, e ciente da popularidade de Pedro Valadares compôs com ele uma dissidência do grupo de Dorinha, o que o levou a vencer a eleição municipal. Governou de 31 de janeiro de 1954 a 31 de janeiro de 1959.

Quanto a essa parceria seguem os relatos:

“Ele era um plantador de algodão no Pau-de-leite (Pedro Valadares), e trabalhava com Candido Dortas. Candinho colocou ele nessa eleição, porque Candinho não ia ganhar. Ai ele(Pedro Valadares) ganhou a eleição. Agora Candinho botou ele pra ser chefe político. Mas Candinho era o Prefeito. Depois que Pedro Valadares ganhou ele queria ser prefeito e Candinho o chefe. E por ai que nasceu esse negócio de Candinho se colocar

com Dorinha para tirar Pedro Valadares pra fora”.(NASCIMENTO, 07/05/2002).

Celso de Carvalho também relata a trajetória de seu antigo adversário:

“Pedro Valadares surgiu com Dorinha, quando eu deixei a prefeitura. Dorinha elegeu Nelson Pinto que era seu cunhado. Nós perdemos a prefeitura. Quando terminei o mandato. Eleição de prefeito e Dorinha tinha um candidato: Nelson Pinto. E do meu lado Inocêncio do Nascimento. Ai o Pedro Valadares surgiu como vereador, mas já demonstrando uma paixão política muito grande(...) Ele foi prefeito depois(...) Brigou com Dorinha e se juntou a Candinho Dortas. O Cadinho se elegeu prefeito com o apoio de Valadares. No outro mandato ele foi ser Prefeito e Candinho Deputado”. (CARVALHO, 05/04/2002).

Por que Pedro Valadares era político importante para grandes latifundiários? Retomando o que afirma Carone, trata-se do líder que atende as demandas do povo. O assistencialismo torna-se a chave para o controle e manipulação das massas. Essa prática costumeira do coronelismo intensifica-se, substituindo pouco a pouco o ultrapassado mandonismo.

O populismo pode ser entendido como o fortalecimento do poder estatal em detrimento do domínio privado. O Estado ganha importância, mas a maioria da população nem sempre tem consciência dos seus direitos e da sua força. Já os antigos coronéis travestidos de democratas, sabem o que o povo tem por direito. Mas, para que dar tudo? Bastas migalhas. Então

alguém, distribui migalhas, torna-se herói, amado, idolatrado, pai dos pobres, passando a personificar o Estado.

Pedro Valadares tornou-se esse mito. Investiu-se no papel de assistente social, tomando para si a responsabilidade que cabia ao poder público.

“(...)era mesmo popular, o povo gostava dele. Era um mito extremamente caridoso(...). Um homem me disse uma vez que houve uma crise de gasolina, e ele ia passando com a camionete(...)com pouca gasolina, e tinha um parado assim na rua, amigo dele, por falta de gasolina. Ele parou o carro e deu gasolina do carro dele. Isso é um gesto de abertura, de generosidade, de caridade ao outro que tava em dificuldade(...) dava tudo da prefeitura ou dele, o que fosse. Foi um prefeito desorganizado, mas fez uma política forte até hoje. Deu filho governador, filho senador, neto deputado federal”. (CARVALHO, 05/04/2002).

Nas eleições de 1958, Pedro Valadares, concorrendo com Abel Jacó dos Santos, Libério Fernandes Fonseca, Jairo do Prado Dantas e Nelson Pinto de Mendonça é eleito prefeito de Simão Dias. Governou de 31 de janeiro de 1959 a 31 de janeiro de 1963. Obviamente foi beneficiado pelo fracionamento dos grupos políticos. Nesse momento os políticos mais ricos como; Celso, Dorinha e Candinho estavam preocupados em assegurar o controle do município, e assim se municiarem para a disputa de uma vaga na assembleia estadual.

A conduta de ajudar os mais próximos de forma incondicional faz dele um líder. E, à medida que a popularidade aumentava, crescia também, na mesma proporção, a vontade de

atender os anseios populares. Isso que provocou decisões inconseqüentes, causa da tentativa de *impeachment* pelos seus adversários. Alguns relatos abaixo comprovam o caminho pela qual a política de Pedro Valadares enveredou.

“Eu trabalha no vapor e ele em outro. Num dia de tarde ele saiu com 5 mil réis no bolso. Ele com um Gibão. Ele e a mulher. Ai, encontrou um cara, que ia doidinho, atrás dele. A mulher dele ia parir, e ele queria levar a mulher para Aracaju. Então ele disse: *-Numa hora dessa eu não tenho dinheiro. Ai meteu a mão no bolso e puxou os 5 mil réis(...). O dinheiro que eu tenho aqui é este.* E a mulher disse: *E como vai fazer?Nós temos que fazer compra.* Ele disse: *Não! Eu tenho crédito e compro aqui na cidade. O rapaz vai para Aracaju! Toma os 5 mil réis.*(LEAL, 12/01/2002).

“Ele soube trabalhar! Simão Dias enterrava gente na rede. Chegava lá no cemitério, jogava o defunto e levava a rede. Mas no governo dele dava caixão aos mais pobres. E ai pegou a moda de ser enterrado no caixão. Mas em Simão Dias não tinha isso não!(...) Levava numa rede igual beterraba. Por que caixão naquela época era caro para o pobrezinho. Se enterrava numa rede. Mas teve um período de dois anos em que Simão Dias, não teve luz. Nos passamos dois anos no escuro” (CONCEIÇÃO, 07/05/2002).

“Faltou energia. Não teve energia. Acabou tudo. Naquela época era motor de usina queimado a carvão. A despesa era muita. Ai ele fechou e a cidade ficou preta, não sei quantos anos(...) Era na candeia, na vela, estas coisas.

Ele pela cidade não fez nada. Pedro Valadares fez muito pelo setor de saúde. Nisso ele foi trabalhador”. (LEAL, 12/11/2002).

O assistencialismo inviabilizou a administração pública. O recursos foram todos canalizados para a prestação de assistência aos eleitores. Serviços públicos de manutenção foram suspensos. Essa situação colocou em polvorosa seus adversários. Naquele momento a sua estratégia o fazia uma liderança imbatível, graças a sua grande popularidade. Para os antigos políticos elitistas era a subversão. A tradição e o poder de mando cediam lugar à performance populista. Só restava aos mesmos impedir. Então, se aproveitado de uma enfermidade do adversário, que no momento estava afastado, em tratamento na Capital, Dorinha, Celso e Candinho, se unem para derrubá-lo. Surge a manobra do *impeachment*.

A tentativa de cassação tornou-se um dos episódios mais emblemáticos da carreira de Pedro Valadares. A câmara voltou pela sua cassação sob o argumento de improbidade administrativa. No entanto, a não efetivação da decisão do legislativo conferiu-lhe maior peso político ampliando mais ainda a sua popularidade. Era a vitória do plantador de algodão contra os poderosos latifundiários. Essa tumultuada trajetória política, aliada ao assistencialismo exacerbado, explica a gênese do poder que hoje a família Valadares usufrui na política sergipana. É algo bastante compreensível, entender porque filhos e netos são cortejados pelos vários políticos sergipanos. Trata-se de uma tradição política pautada em outras bases. Os Valadares não possuíam tradição de mando, pois não eram descendentes famílias oligárquicas.

Pedro Valadares tornou-se um mito por personificar, em Simão Dias, uma mudança conjuntural ocorrida em toda a nação, onde novas lideranças despontavam frente às novas demandas da sociedade moderna.

O Jornal “O quinze”, organizado por seu filho Antonio Carlos, em edição especial, editada em 02 de março de 1985, prestava uma homenagem pelos 20 anos de seu falecimento. Em trecho do Editorial, ao seguinte relato sobre o *impeachment*:



Fig. 27 – Caçula Valadares foi prefeita de Simão Dias de 1988 a 1992, coincidindo em parte com o mandato do filho Antonio Carlos Valadares no Governo Estadual.

“Pressentindo os seus adversários de que aquele homem com a sua dedicação extrema aos humildes, estava se tornando uma ameaça, abriram-lhe um processo na Câmara de Vereadores para cassar o mandato que o povo lhe dera em eleição memorável. Os seus algozes tinham maioria na câmara, a qual, arbitrariamente decretou o *impeachment* (impedimento ou cassação) sem nada provar contra o acusado, que não teve se quer o direito de defesa. Enquanto o Tribunal de Justiça julgava o mandado de segurança que fora impetrado por Pedro Valadares, era garantida a sua permanência no Cargo, os vereadores sob o comando de Celso de Carvalho que na época era deputado estadual, tentaram chegar à sede da Prefeitura para darem posse ao Presidente da Câmara no cargo de prefeito. Não Conseguiram chegar à prefeitura e desistiram no meio do caminho porque foram informados de que lá se encontravam esperando-os pra uma “calorosa”, recepção amigos e admiradores do Prefeito - sob o comando de sua destemida mulher D. Caçula Valadares - dispostos a tudo, inclusive dar à próprias vidas para evitar que a usurpação pretendida fosse alcançada”. (O QUINZE: 1985).

O episódio descrito acima remete aos fatos históricos relatados anteriormente, em que o poder é usurpado, como por exemplo; o mandato do Cel. Rafael Montalvão, cuja narração está no primeiro capítulo. A ameaça de Tiroteio remete ao episódio do sobrado onde o Cel. Nono Zacarias enfrenta as tropas federais. No entanto, essa passagem da cassação de Valadares tem um diferencial, o poder coercitivo das antigas oligarquias ruiu diante da coragem de populares apaixonados pelo seu novo líder.

Pedro Valadares faleceu em 5 de março de 1965, com 53 anos de idade em pleno auge de sua carreira. Morreu como deputado estadual. Após a sua morte os filhos entram na política, se valendo ainda do prestígio do pai. A fase que se inicia no pós-64, será marcada pela disputa acirrada entre os seus familiares e o grupo de Celso de Carvalho. São os “*crocodilos*” e “*jacarés*” se rivalizando. É nessa fase que Celso conseguirá através de políticos populistas derrotar o novo grupo comandado pelos filhos de Valadares.



Fig. 28 – Cortejo do enterro de Pedro Valadares.



Fig. 29 – Como é comum em pequenos municípios, uma grande multidão em um enterro reflete a popularidade do defunto.



Fig. 30 – Populares em tumulto na hora do sepultamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Considerações Finais

Políticos oriundos dos vários municípios do Estado podem compor a representação sergipana no Legislativo estadual e no Congresso Nacional. Geralmente eles começam as suas carreiras com mandatos eletivos locais, de onde erguem as bases para uma carreira a nível estadual ou federal. Começam como vereadores e prefeitos, posteriormente, chegam a deputados estaduais, deputados federais, senadores ou mesmo, governadores. Mas, chegar ao mais alto cargo do executivo estadual ou do legislativo federal é uma tarefa árdua, reservada para muito poucos. Chama a atenção que entre esses poucos figurem, com frequência, políticos simão-dienses. Na atualidade, são fortes lideranças a nível estadual, Antonio Carlos Valadares e Marcelo Déda, cujos sobrenomes constituem verdadeiras legendas na disputa política em Simão Dias.

O presente trabalho objetivou resgatar a gênese da política simão-diense republicana, cujo conhecimento poderá ajudar a desvendar onde reside tamanha força de representatividade na política estadual. Nessa tentativa alguns pontos foram elucidados, mas a tarefa foi apenas iniciada. Há um vasto campo a ser estudado, que não foi atingido pelos limites temporais aqui propostos. A disputa entre os grupos políticos conhecidos como *crocodilos* e *jacarés* nos períodos posteriores, é com certeza mais elucidativa para compreender a vertiginosa ascensão da liderança de Antonio Carlos Valadares a nível estadual, bem como o fim da carreira política de Celso de Carvalho.

Por que razão políticos simão-dienses são tão representativos a nível estadual? Que motivos históricos explicam sucessivas eleições de deputados estaduais e federais oriundos do

município? E o que isso tem significado para a elevação da comunidade local? A princípio pode-se pensar que se trata de um fenômeno positivo, revelador de uma ampla hegemonia regional ou de elevada consciência política em torno de interesses locais.

Não são explicações fáceis. A ascensão da política simãodiense corresponde, de fato, ao papel que o município teve como centro regional, ao menos na fase explorada por este trabalho. Mas então, a força dos políticos locais se fez valer pelo poder coercitivo, pela imposição do medo, ou pela tradição de mando e pelo assistencialismo. Isso leva à dedução de que a sua força tenha sido diretamente proporcional ao controle sobre o eleitorado, por vias que estão distantes da coesão em torno de propostas, ainda que fossem reveladoras de alguma consciência da hegemonia regional. Logo, não se trata de um fenômeno positivo ou salutar em termos locais. As disputas, que por vezes se tornavam violentas, tal como aconteceu em outros municípios, consagrando a tradição do comando político de alguns grupos ou famílias, tornou a representação política privilégio dos latifundiários ou dos mais ricos. Carreira política configurada na pessoa de alguém oriundo das camadas mais pobres é algo inadmissível naquele período.

Sendo assim, a representação política de Simão Dias no cenário político sergipano até o advento do fenômeno populista, é a expressão de uma classe de latifundiários que gozavam de poder e prestígio graças à ascensão da pecuária, em detrimento da decadência dos produtores de açúcar de Sergipe. As oligarquias compunham-se de uma verdadeira casta de privilegiados, pois, além do controle da economia e da política, os mesmos podiam ter acesso aos bens da educação formal e da cultura oficial. Já os pobres estavam mergulhados no trabalho mal remunerado, no analfabetismo e distantes dos bens da cultura oficial. Esse fator é importantíssimo para entender o poder de mando, pois a ignorância possibilita também o domínio por aqueles que detêm a instrução.

Por outro lado, o populismo é um fenômeno que aparentemente coloca a possibilidade de romper essas algemas da dominação. Na verdade ele não significa mudança nas estruturas sociais, ainda que eventualmente possa incorporar lideranças populares; mas ele pode criar brechas nas estruturas do poder. Não se trata da politização das massas ou mesmo, da garantia de um maior acesso à educação e à cultura. Aliás, a democratização da educação não reflete necessariamente uma mudança, em curto prazo, na consciência e no senso crítico do eleitor, a ponto de provocar uma mudança drástica na política, pois as gerações atuais apesar de terem acesso à educação, continuam votando, majoritariamente, em candidatos reacionários, conservadores ou até mesmo corruptos, em quem seus pais sempre votaram, com raras exceções, é claro. A mudança do quadro político sergipano tem se processado de forma lenta e gradual, pois as elites sergipanas têm mantido o controle político do Estado ao longo de diversas gerações. No entanto, em Aracaju o processo de mudança se encontra mais avançado do que no interior do Estado. A educação só poderá motivar mudanças em longo prazo, se aproveitada como veículo para uma nova cultura política, pois fatores emocionais, compromissos, paixão, apadrinhamento e dependência econômica, continuam prevalecendo, principalmente nos municípios interioranos.

Pedro Almeida Valadares representa o político pobre que rompe a dominação dos latifundiários. Não se trata de uma liderança que nasce do anseio do povo, pois ela surge no seio dos grupos oligárquicos. Mas o apelo populista se encarrega de transfigurá-lo, transformando-o no cerne da destruição do domínio oligárquico. Logo, a sua curta carreira política, cercada de turbulências e conflitos, o transformaria em um mito, possibilitando que filhos e netos herdassem o seu prestígio político, o que explica, em parte, a presença destes no cenário político local e estadual.

Quanto a Celso de Carvalho, esse trabalho se reporta somente ao início de sua trajetória política. Ele é o último representante das oligarquias, mas não sucumbe com a política oligárquica. Como ator principal dessa fase de transição, governará Sergipe e posteriormente exercerá mandatos legislativos, enquanto se fortalecerá na política local, reforçando o seu grupo com políticos populistas. A política populista não lhe será, pessoalmente, uma experiência agradável. Manoel Ferreira Matos “o Caçulo”, eleito para a Prefeitura com o seu apadrinhamento, se transformaria na sua maior decepção política, uma vez que, após a acirrada disputa pelo executivo local, transfere-se para o partido adversário. A decepção seria tamanha que Celso de Carvalho abandonaria a política.

Atualmente os políticos simãodienses continuam despontando no cenário político sergipano, o que pode ser explicado pelo conceito formulado pelo imaginário popular de que Simão Dias tem políticos de forte liderança e representatividade, o que seria melhor classificado como o “mito da representatividade”. Esse mito é mais forte no eleitorado local o que provoca uma decisão pragmática no momento do voto, pois apesar dos eleitores estarem divididos entre as duas facções locais, nas eleições majoritárias estes tendem a votar em representantes locais, apresentando resistência aos políticos de outras plagas. Resultado! Simão Dias jamais deixou de ter representação na Assembléia Legislativa, e mais, quase sempre tem representantes na Câmara Federal ou no Senado. Essa representatividade influencia os eleitores de cidades circunvizinhas que acabam por votar em candidatos simãodienses. É claro que essa adesão de municípios vizinhos tem a ver com os acordos e conchavos onde políticos de maior expressão, recursos e influência, submetem através de cooptação os políticos de menor peso no cenário político estadual.

Esse trabalho é passível de contestação, análise e aprimoramento. Ele não responde a todas as perguntas, nem preenche todas as lacunas, de modo que a compreensão sobre o presente tema possa ser totalmente facilitada. Mas, é exatamente nesse detalhe que reside a maior contribuição desta monografia. Pioneira no estudo específico da história política local, ela tem todas as fragilidades do pioneirismo, mas abre perspectivas para a sua continuidade ou para novas contribuições, pois o conhecimento científico não é dogmático, mas aberto ao questionamento e à superação. Não é algo fácil ser pioneiro. Que este seja o primeiro de múltiplos trabalhos no gênero.



Fontes

Entrevistas:

CARVALHO, Sebastião Celso de – 18/01/2002

CARVALHO, Sebastião Celso de – 05/04/2002

CONCEIÇÃO, Manoel da – 07/05/2002

LEAL, Otávio Rabelo – 12/01/2002

NASCIMENTO, João Correia do – 07/04/2002

SANTANA, João Paulo de – 12/01/2002

Sites: www.tre-se.gov.br

www.sielo.com

Documentos:

Ata da sessão da Câmara dos Vereadores de Simão Dias - 1961



Referências Bibliográficas

- ANDRADE**, Manoel Correia. 1964 e o Nordeste: golpe, revolução ou contra-revolução? São Paulo: Contexto, 1989.
- BARRETO**, Jorge. Minha terra, minha gente. Aracaju: Gráfica Aracaju, 1967.
- BARRETO**, Luis Antonio, Simão Dias: Tradição e história: centenário de sua emancipação política. Aracaju: Pesquise, Montalvão Publicidade [1990]
- BURKE**, Peter. A Escrita da História. São Paulo: UNESP, 1992.
- CARVALHO**, Pe. D. João de Mattos Freire de. Simão Dias ou Anápolis? Resenha histórica de sua fundação. Salvador: Escola Typográfica Salesiana, 1912.
- CARVALHO**, Sebastião Celso de. O Destino Acontece. Aracaju: Livraria Regina, s/d. (Discurso pronunciado em 1968).
- CARONE**, Edgar. A República do Brasil. Instituições e Classes Sociais (1945 -1964). São Paulo, Difel, 1985.
- DANTAS**, José Ibarê Costa. O tenentismo em Sergipe (Da revolta de 1924 à Revolução de 1930). Petrópolis: Vozes, 1974.
- _____ Revolução de 1930 em Sergipe: dos tenentes aos coronéis: São Paulo Cortez; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 1983.
- _____ Os partidos políticos em Sergipe (1889-1964). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- _____ A tutela militar em Sergipe – 1964/1984; partidos e eleições num estado autoritário. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- _____ Coronelismo e dominação. Aracaju: Gráfica Diplomata/Universidade Federal de Sergipe, 1987.
- DÉDA**, Carvalho. Simão Dias. Fragmentos de sua história. Aracaju: Regina, 1967.
- FREIRE**, Felisbello. História de Sergipe. 2ed, Petrópolis: Vozes/Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1997.
- IBGE**. Simão Dias. Rio de Janeiro: IBGE, 1960 (Coleção de Monografias, n. 224)
- IBGE**. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1959, v. 19 (Alagoas e Sergipe).